

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 09/09/2020	Página: A2

A TARDE

Carestia no feijão e arroz

A carestia verificada nos preços do arroz e feijão, pela redução da oferta no mercado interno, pois seria mais atrativa comercialmente a exportação dos produtos, vem provocando polêmica entre produtores e consumidores. Para os produtores, representados em instituições como a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb), os preços tiveram elevação devido à alta no custo de produção, mas não há risco para a oferta de alimentos básicos, mesmo durante a pandemia. O superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, atribui a alta aos ciclos de produção, além dos fundamentos da relação entre oferta e demanda.

– O produtor não tem responsabilidade pelo aumento dos preços, não está tirando vantagem – afirma Lucchi.

A TARDE

Testagem: baixa adesão em escolas

VITOR CASTRO*

Com a alteração das datas de testagem para a Covid-19 nas escolas que compõem a rede estadual de ensino na região do subúrbio ferroviário e a inclusão de outras 16 instituições de ensino – antes prevista apenas para uma próxima etapa –, o estado da Bahia espera aumentar o número de testes realizados. A expectativa da Secretaria de Educação do Estado (SEE) com a campanha, que começou no dia 31, era testar, até ontem, 5.170 alunos, mas, até o meio-dia de ontem, apenas 1.125 estudantes haviam comparecido, o que equivale a cerca de 22% do esperado.

Ontem foi a vez da comunidade do Colégio Estadual Bertholdo Cirilo passar pela testagem na escola-polo de São João do Cabrito, em Plataforma. Para Ana Cátia Souza, que levou o filho para a testagem, a proposta do governo é positiva. “Se retornarem realmente as aulas, tem que saber quem está ou não com Covid”, diz.

Mas nem todos pensam como Ana Cátia. Na 1ª etapa, a SEE, que atua junto com a Secretaria da Saúde da Bahia, esperava aplicar os testes RTP-CR em 12 instituições do subúrbio, alcançando 10.392 estudantes, 224 funcionários e 487 professores até o próximo dia 23, e depois expandir a campanha. No entanto, com a baixa adesão, a pasta expandiu a testagem até o próximo



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Testagem continua nas escolas estaduais do subúrbio ferroviário de Salvador

dia 24 para as 28 instituições estaduais da região.

Baixa procura

De acordo com o secretário Jerônimo Rodrigues, quando comparadas com as escolas das cidades do interior onde já houve a testagem, a procura na capital tem sido menor. “Como na primeira semana não deu a quantidade de testagem que estava prevista até o dia 24, quando queríamos testar o que chamamos de Subúrbio 1, formado por um bloco de escolas, a gente já colocou o Subúrbio 2 também”, disse.

De acordo com o secretário, a testagem é fator im-

portante para auxiliar governo em relação à retomada das aulas. “Precisamos dessas informações para poder tomar decisões acertadas. De posse dos dados, a ciência, a academia e a Sesab terão condições, com seus especialistas, de dizer se aqueles números de testados positivos, ou não, têm algum significado. Isso nos ajudará na decisão de retorno ou não das aulas”, disse. Rodrigues ainda explicou que, para não levantar especulações, os dados em relação ao número de testados positivos só serão divulgados ao final do processo.

De acordo com a SEE, hoje a testagem acontece no Alto

da Terezinha, para a comunidade escolar do Colégio Estadual Sara Violeta. Amanhã, a do Colégio Estadual Clériston Andrade, que será polo para os bairros de Itacaranha e Plataforma, e testará no dia 10 a sua própria comunidade escolar. No dia 11 de setembro, as comunidades do Colégio Estadual Josias de Almeida Melo e do Colégio Estadual Luiz Rogério de Souza. Informações sobre escolas-polo para comunidades escolares e os dias de testagem podem ser acessadas pelo site da secretaria. <http://www.educacao.ba.gov.br/>

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA RITA CONRADO

A TARDE

FERIADÃO Balanço da operação foi divulgado com dados de fiscalização em cerca de 10 mil km de vias federais na Bahia

PRF APREENDE R\$ 4 MI EM PRODUTOS

MIRIAM HERMES

A apreensão de drogas e contrabando de outros produtos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante a Operação Independência na Bahia somou cerca de R\$ 4 milhões em prejuízos para o crime organizado. O balanço da operação de quatro dias foi divulgado ontem com dados de fiscalização ostensiva em cerca de 10 mil quilômetros da malha viária federal no estado.

O foco das ações foi a prevenção de acidentes, combate ao tráfico, ao contrabando e outros crimes. Uma das abordagens com os principais resultados ocorreu em Luís Eduardo Magalhães (a 953 km de Salvador), no sábado, durante fiscalização em um veículo de passeio ocupado por um casal. No banco traseiro e no bagageiro os policiais encontraram 450 quilos de maconha prensada, dividida em tabletes.

Avaliada em cerca de R\$ 450 mil, a droga, de acordo com as informações do casal, saiu de Sorocaba (SP) e

seria distribuída na região oeste da Bahia. O casal foi preso e vai responder pelo crime de tráfico de drogas.

Também chamou a atenção dos agentes a grande quantidade de maços de cigarros apreendidos nas estradas durante a operação, avaliados em cerca de R\$ 3,2 milhões. Na BR-116, em Vitória da Conquista (a 521 km de Salvador), em abordagem a um caminhão conduzido por um homem de 35 anos, foram localizados 400 mil maços de cigarro na noite do último domingo. O destino, conforme o condutor, seriam cidades da região Nordeste do Brasil.

Dos 52 acidentes registrados, 18 foram considerados graves



Atuação de agentes da PRF durante a Operação Independência na Bahia nas estradas

Também no domingo, na BR-122, em Urandi (a 695 km da capital), os agentes da PRF localizaram um caminhão com 250 mil cartelas de cigarro contrabandeadas. O motorista conseguiu fugir, mas um homem que estava com ele foi preso.

Dos 52 acidentes registrados nas estradas federais no período, 18 foram considerados graves, com registro de 10 óbitos ocorridos nas regiões das delegacias da PRF de Seabra, Barreiras, Capim Grosso, Jequié, Itabuna e Eunápolis e 67 feridos.

No total, foram emitidos 69 autos de infração para motociclistas sem capacete e sete para motoristas flagrados manuseando celular. Para condutor ou passageiros sem cinto de segurança, 122 autos de infração foram emitidos nos quatro dias.

O balanço da PRF indicou ainda a recuperação de seis veículos com registro de furto ou roubo e quatro veículos adulterados. De sexta a segunda-feira, 28 pessoas foram detidas durante a operação por diversos crimes.

A TARDE

Juros de crédito imobiliário caem

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem, em reunião extraordinária, redução de juros no crédito imobiliário popular no Norte e Nordeste. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, que apresentou o voto no conselho, o objetivo é promover o acesso de mais famílias ao financiamento habitacional nessas duas regiões, que têm, historicamente, baixos índices de contratação de financiamento habitacional.

Nos últimos cinco anos, dos recursos disponibilizados para o Nordeste, 23% não foram utilizados por falta de demanda. No caso do Norte, o percentual chega a 78%.

Segundo o ministério, as mudanças na sistemática de financiamentos na área de

habitação popular vão possibilitar que o FGTS tenha mais recursos disponíveis para novas contratações. Haverá redução da parcela de spread bancário (diferença entre o valor pago pelo banco aos correntistas e o cobrado nas operações de crédito) pago pelo fundo aos agentes financeiros operadores do programa.

Conforme o novo desenho, uma parcela maior da remuneração dos agentes financeiros passa a ser assumida pelos mutuários, que, por outro lado, serão bene-

ficiados por juros finais mais baixos ao longo do contrato.

As regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução de juros em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda até R\$ 2 mil mensais. Os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais, a 4,5%, ofertando a menor taxa de juros na história num programa habitacional. Com isso, as famílias terão uma menor prestação mensal na aquisição de novos imóveis pelo programa, explicou o ministério.

Instituições

O Conselho Curador do FGTS também aprovou uma medida destinada às instituições financeiras responsáveis pelas operações de crédito do setor de habitação popular. O conselho suspen-

deu, por até seis meses, o pagamento dos financiamentos contratados por meio dos programas Carta de Crédito Individual, Apoio à Produção de Habitações e Carta de Crédito Associativo. A proposta também foi apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que atendeu a pedido de bancos e financeiras.

As operações de crédito foram realizadas com recursos do FGTS. Segundo o ministério, pleitos similares já foram atendidos em maio e junho deste ano, em razão



Luciano da Matta / Ag. A TARDE / 7.3209

Redução de juros é para compra de imóveis populares

de demandas dos setores de saneamento básico e mobilidade urbana, devido à pandemia de Covid-19.

A expectativa é gerar, durante o período de suspensão, um alívio para os agen-

tes financeiros de até R\$ 3 bilhões, contemplando os contratos de financiamento vigentes dos mutuários de pessoa física.

De acordo com o ministério, a decisão não gera prejuízos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, já que não significa o cancelamento, mas a postergação das parcelas e a diluição do débito ao longo do período residual dos contratos. Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, com a atualização financeira devida, considerando que o início do ressarcimento ao fundo se dará a partir de janeiro de 2021.

A decisão do Conselho Curador do FGTS abrange as regiões Norte e Nordeste

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 09/09/2020	Página: B1

A TARDE

IGREJAS

Equipe recomenda veto a perdão de tributos

DA REDAÇÃO

A equipe econômica do governo federal recomendou o veto ao projeto de lei que perdoa dívida tributária de igrejas que devem mais de R\$ 1 bilhão à União. Recentemente, o Congresso aprovou a medida que concede perdão às entidades, cabendo ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a sanção ou não do texto.

A proposta foi criada pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do pastor R. R.

Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que está entre as principais devedoras. Em abril, o parlamentar se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro e com o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, para debater o tema.

Apesar da proteção constitucional no pagamento de impostos, o benefício não isenta a cobrança de contribuições como a CSLL ou da contribuição previdenciária, que são os dois tributos que estão sendo alvos das mudanças.

Fiol terá trecho construído pelo Exército

Infraestrutura

Presidente Bolsonaro deve vir à Bahia na sexta para autorizar

Hilza Cordeiro

REPORTAGEM

hilza.cordeiro@reddebahia.com.br

O presidente Jair Bolsonaro deve vir à Bahia, nessa sexta-feira (11/9), para uma solenidade em que entregará ao Exército Brasileiro a responsabilidade pela obra de um trecho de cerca de 20 Km da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). De acordo com a Valec, empresa estatal que cuida da construção de ferrovias no país, a cerimônia acontecerá na cidade de São Desidério (no oeste baiano) e na ocasião deve ser assinado o Termo de Execução de Serviço (Ted).

Os militares devem assumir um trabalho experimental no trecho II, numa área limitada ao município de Santa Maria da Vitória. O pedaço é considerado o mais atrasado, já que o consórcio que faz parte do lote pediu reparação judicial. O Exército fará a obra praticamente do zero, iniciando desde a terraplanagem. A previsão é a de que a execução da construção dure dois anos, com um investimento inicial de R\$ 110 milhões.

Na cerimônia de assinatura do contrato entre a Valec e o Exército está prevista ainda

presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de André Kuhn, presidente da estatal. Procurado, o Governo do Estado da Bahia disse que não recebeu comunicado oficial da visita do presidente Bolsonaro e preferiu não emitir posicionamento sobre a agenda.

PARCEIRA

Com a parceria, o Exército voltará a fazer parte da construção de uma grande ferrovia no Brasil após 25 anos. A última participação ocorreu na construção da Ferroeste, entre os anos de 1993 a 1995.

Grande interessada no avanço da construção da ferrovia, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) comemorou o anúncio. Presidente da empresa, Antônio Carlos Tramm disse que as tratativas em relação à inclusão do Batalhão Ferroviário na obra vem sendo feita há pelo menos dois meses.

“É uma providência interessante. O Exército tem experiência na feitura de rodovias e o Batalhão Ferroviário estava há muito tempo sem uso porque o país deixou de investir nesse modal. O governo vai fazer uma experiência nesse trecho e será uma referência para o futuro, vai servir de estímulo”, afirmou Tramm. “É um sinal de que o governo está interessado em desenvolver a Fiol. Essa é a ‘Estrada da Esperança’ para muitos setores da Bahia, Antônio Carlos Tramm presidente da CBPM

É um sinal de que o governo está interessado em desenvolver a Fiol. Essa é a ‘Estrada da Esperança’ para muitos setores da Bahia

Ferrovia vai ligar Porto Sul em Ilhéus, no sul da Bahia, a Figueirópolis, no Tocantins

ga ao ano, de minérios e produção agrícola, mas essa quantidade pode aumentar com mais descobertas.

O presidente da CBPM argumenta ainda que a ferrovia além de fazer com que o transporte de produtos seja menos custoso e mais veloz, deve também reduzir os acidentes nas estradas com a diminuição do número de caminhões, bem como promover cada vez mais modais mais sustentáveis no país.

AGRONEGÓCIO

Vice-presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras, Moisés Schmidt relembra que a obra deveria ter sido entregue em 2014. Por isso, a chegada do Exército para adiantar a construção foi bem vista pelo agronegócio do oeste, que produz principalmente milho, soja e algodão.

“A nossa região depende desse modal logístico para fazer escoamento da safra. Hoje só feita por caminhões e a ferrovia é mais uma opção que beneficia toda a agricultura. Temos visto que esse governo tem dado ênfase à obra, entendendo a importância dela, não só para a economia da Bahia, mas por ser um ramal de ligação entre o Norte e o Sul do país, potencializando o agronegócio”, disse.

Schmidt pontuou que a dependência exclusiva dos transportes via rodovias gera dificuldades na distribuição dos produtos, principalmente quando ocorrem situações como quebra de pontes, acidentes e manifestações nas estradas. Problemas como esse viram prejuízos no bolso dos produtores rurais, uma vez que envolve uma logística internacional de entrega dos insumos aos navios nos portos.

Trecho I, de 530 km, está 80% pronto

A obra completa da Fiol terá aproximadamente 1.527 km e ligará o futuro Porto Sul, em Ilhéus, à cidade de Figueirópolis, no Tocantins, com um investimento previsto de R\$ 8,9 bilhões. Quando estiver concluída, a ferrovia atravessará, ao todo, 32 municípios baianos.

O trecho I da ferrovia, que vai de Ilhéus a Caetitê, tem pouco mais de 530 km, sendo que quase 80% das obras já foram concluídas. A ideia do governo federal é conceder o trecho para a iniciativa privada. No entanto, a liberação do processo de licitação está travada nas mãos do Tribunal de Contas da União (TCU), que não comenta análises em andamento.

Como as contas estão em análise para futura concessão, embora não esteja concluído, o trecho I não pode ter novas obras porque alteraria os cálculos de valores. A área será levada à iniciativa do jeito que está atualmente e a expectativa do governo é de que a licitação possa acontecer ainda este ano.

ESFORÇO

Agora, o esforço da Valec é concentrado na conclusão do trecho II, que vai de Caetitê a Barreiras, com 485,4 km de extensão. De acordo com a estatal, a meta é que essa parte chegue a pelo menos 80% das obras concluídas até o final de 2022 para também ir à concessão. Hoje, o trecho está em 40% concluído.

Na primeira semana de setembro, o presidente da Valec, André Kuhn, anunciou que há uma sinalização de que o trecho II possa receber R\$ 150 milhões a mais, o que pode acelerar ainda mais as obras.

TRECHOS DA FIOI

● **I Ilhéus a Caetitê - 530 Km - 80% concluído - Aguardando análise do TCU para ser concedido à iniciativa privada**

● **II Caetitê a Barreiras - 485 Km - 40% concluído - Expectativa de chegar a 80% de avanço em 2022**

● **III Barreiras a Figueirópolis (TO) - 512 Km - Ainda em fase de estudo técnico**



DIVULGAÇÃO



Ex-diretora do DCCP, Maria Selma está de licença após contrair covid

MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO

Em licença, Maria Selma nega as acusações

“Como pode uma delegada [Carla Ramos] que foi presa e está sendo processada na Justiça falar de policiais honestos?”, questionou Maria Selma Lima, ao CORREIO. Mais tarde, em nota, os advogados dela, Sérgio Habib e Thales Habib, afirmam que a cliente refuta “com veemência as acusações que circulam contra ela pelas redes sociais, comprometendo-se a comprovar a sua inocência no curso do Inquérito Policial perante a Corregedoria de Polícia Civil e eventual Ação Penal no âmbito da Justiça Estadual, caso venha a ser instaurado”.

A nota acrescenta que as acusações são “inteiramente inverídicas e não se sustentam em provas, mas em meras suposições dentro desse discurso teórico que as acusações foram formuladas”. A nota diz ainda que a delegada “confia na Justiça” e que ao final do processo “reconhecerá a sua inocência”.

Maria Selma foi candidata pelo PDT a deputada estadual em 2018 e teve 7 mil votos em Salvador. Ela decidiu não ser candidata a vereadora este ano. “Continuo delegada e vou voltar”, disse, antes das denúncias enviadas ao MP.

A delegada Carla Ramos, que assina a representação, não atendeu às ligações.

Também em nota, o MP confirmou que “a investigação está na fase de análise da documentação apresentada pela representante e das diligências iniciais para verificar a procedência das informações. Após essa investigação preliminar, os envolvidos serão chamados para depor. O procedimento corre sob sigilo, de modo a não atrapalhar a investigação e assegurar o êxito na adoção das medidas que se façam necessárias”.

Procurada, a Polícia Civil informou que tomou conhecimento da denúncia de forma extraoficial, quando as apurações foram iniciadas. E confirma que há um procedimento relacionado a Maria Selma na Corregedoria. “A Polícia Civil esclarece que a Corregedoria da Instituição (Correpol) tomou conhecimento sobre um relatório com denúncias, na sexta-feira (4), e iniciou as apurações. Também informa que um procedimento relacionado a diretora do Departamento se encontra em andamento na Correpol”.

A nota diz ainda que a exoneração de Maria Selma, no início deste mês, foi um ato meramente administrativo.

Delegada é acusada de liderar grupo criminoso

Denúncia de colega leva MP a investigar suposta ligação com crime organizado

Alexandre Lyrio

REPORTAGEM
alexandre.lyrio@reddebahia.com.br

Uma representação enviada ao Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público (MP) dispara graves acusações contra a delegada Maria Selma Pereira Lima, que até o dia 4 deste mês era diretora do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) da Polícia Civil da Bahia. O relatório, ao qual o CORREIO teve acesso, acusa Maria Selma de liderar uma organização criminosa envolvendo traficantes e assaltantes.

Assinada em agosto deste ano pela delegada Carla Santos Ramos, a denúncia afirma que Maria Selma mantém sob a sua liderança “uma rede de indivíduos ligados à polícia e ao mundo do crime, destinados à prática constante e reiterada de delitos, notadamente contra o patrimônio e tráfico de drogas, e que usa a estrutura

do Estado para garantir a impunidade dos executores e autores intelectuais”.

De novembro de 2015 até outubro de 2019, Carla Ramos exerceu o cargo de delegada titular da Delegacia de Furtos e Roubos (DRFR), na Baixa do Fiscal, subordinado ao mesmo DCCP que Maria Selma chefiava desde julho do ano passado. O detalhe é que, nesse intervalo, em outubro, Carla, que agora elaborou a denúncia contra Maria Selma, chegou a ser presa juntamente com outros três policiais por prática de tortura dentro da delegacia.

No último dia 4, Maria Selma foi exonerada do cargo junto com outros 36 membros da Polícia Civil em uma dança das cadeiras promovida pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA).

Em um vídeo publicado em suas redes sociais, ela explicou que contraiu covid-19 e, por isso, pediu licença prêmio de seis meses, o que justificaria a exoneração. Enquanto isso, no documento enviado ao MP, Carla enumera uma série de delitos, liberações de prisão indevidas, omissões e associações ao crime atribuídos à sua superiora.

O primeiro deles teria ocorrido no dia 6 de setembro do ano passado, quando uma quadrilha foi presa na DRFR por roubar, com uso de arma de fogo, uma carga de telefones celulares da empresa Magazine Luiza avaliada em R\$ 100 mil.

Além da prisão de quatro criminosos e a recuperação da carga, foram apreendidos um revólver e dois veículos, um deles uma Fiorino branca de placa adulterada. O carro foi roubado em julho de 2019. A denúncia enviada ao MP afirma que o auto de prisão em flagrante não foi comunicado no prazo legal e os “flagranteados foram liberados em audiência de custódia no dia 09/09/2019”.

A delegada Carla Ramos diz que no dia 17 de setembro chegou a receber um telefonema

de Maria Selma requisitando o envio para a sede do departamento da Fiorino branca. “Segundo a mesma, havia um advogado em sua sala para receber o referido veículo”, afirma Carla na denúncia. Mas ela diz ter comunicado que o carro possuía restrição de roubo e foi encaminhado para a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículo (DRFRV).

Carla relata que, no dia da soltura, um dos quatro detidos, Tiago de Castro Cerqueira, disse a ela que não ficaria preso porque “quem tem amigos, tem tudo”. Outro preso em flagrante, Jocimar Aquino dos Santos, teria dito que tem “parente” na polícia e este seria responsável pela soltura de todos.

Apresentando cópias digitais do sistema interno da Polícia Civil, Carla mostra que Tiago Cerqueira foi apresentado a Maria Selma ainda em 2018, quando ela era titular da 16ª Delegacia (Pituba). “Local em que a mesma supostamente cooptava meliantes para integrar a organização criminosa”. A denúncia afirma que Maria Selma usava como intermediário um falso policial civil.

Entre os investigadores que supostamente fazem parte da rede de conexões de Maria Selma, dois foram citados na denúncia. Segundo a delegada Carla Ramos, os agentes Dênis e Lacerda propositadamente não comunicaram a prisão em flagrante que deu origem ao Inquérito Policial 080/2019. Em uma diligência, Maria Selma e seus agentes também teriam protegido um traficante identificado como Anderson Santos Carvalho, preso após denúncia anônima de que ele conduzia um veículo com forte cheiro de droga. Anderson foi solto antes de ser solicitado o apoio dos cães farejadores da Polícia Civil, sendo que foram encontrados no veículo sete tablets de pasta base de cocaína, mas nenhum inquérito foi instaurado.

●● [Maria Selma mantém sob a sua liderança] uma rede de indivíduos ligados à polícia e ao mundo do crime, destinados à prática constante e reiterada de delitos

Trecho da representação

enviada pela delegada Carla Ramos ao Ministério Público da Bahia

●● A investigação está na fase de análise da documentação e das diligências para verificar a procedência das informações

Polícia Civil

Em nota

Agências veem recessão menos severa para o Brasil

RATING Uma semana após a divulgação do tobo recorde de 9,7% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, as agências de classificação de risco apontam que a recessão deverá ser menos severa do que chegaram a estimar os economistas, segundo o G1.

Dados melhores que o esperado e a gradual reabertura da economia levaram a Fitch Ratings a revisar sua estimativa para a economia brasileira este ano para uma queda de 5,8% - a estimativa anterior era de contração de 7%. Ao mesmo tempo, a agência reduziu a estimativa para o crescimento de 2021, de 3,5% para 3,2%, aponta o Valor Online.

A Moody's, por sua vez, avaliou ontem que

Ao mesmo tempo, a agência reduziu a estimativa para o crescimento de 2021, de 3,5% para 3,2%, aponta o Valor Online

a contração econômica do Brasil atingiu o piso, mas afirmou ver um impacto fiscal maior e a dívida bruta aumentando para 95% do PIB, de 76% em 2019. Na análise da agência, uma recuperação dos indicadores de atividade econômica sugere que a recessão será menos severa que a prevista por investidores, em linha com suas projeções.

A Moody's vê retração do PIB em 2020 de 6,2%, ressaltando a incerteza em relação à retomada da atividade no restante do ano. Para 2021 a projeção da agência é de expansão de 3,6%. A partir daí, a expectativa é de que o crescimento se estabeleça em torno de 2,5% em 2022-23.

A agência estima que o déficit fiscal do país atingirá 14,7% do PIB em 2020, enquanto a dívida do governo

deverá se aproximar de 95% em 2021.

Entre os riscos para suas novas projeções estão um eventual aumento dos casos de coronavírus, que leve a uma interrupção do processo de reabertura ou a retomada de medidas de isolamento em alguns locais. As incertezas relacionadas à política fiscal também são um risco.

Em 2021, o crescimento deve ser influenciado pela baixa base de comparação e a melhora das condições externas, notavelmente a recuperação da economia da China. Mas a necessidade de ajuste fiscal, a alta taxa de desemprego e as incertezas relacionadas às reformas estruturais são um freio ao crescimento, diz a Fitch.

A Moody's classifica a nota do Brasil como Ba2, com perspectiva estável.

Balança comercial tem superávit na 1ª semana do mês

ALTA A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,795 bilhão na primeira semana de setembro (de 01 a 06). De acordo com dados divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de

ções de US\$ 2,332 bilhões.

Houve alta de 6,7% na média diária das exportações na comparação com o mesmo mês do ano passado, com aumento de 13,6% em agropecuária, alta de 42,7% na indústria extrativa e recuo de 8% em produtos da indústria de transformação.

taram queda de 25,8%, com recuo de 23,9% em produtos da indústria de transformação, de 65,4% em indústria extrativa e aumento de 21,6% em agropecuária.

No acumulado do ano, o saldo comercial é superavitário em US\$ 38,076 bilhões, 12,7% a mais do que no mes-

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.3640	R\$ 5.3650
Dólar Turismo	R\$ 5.3370	R\$ 5.5070
Euro turismo	R\$ 6.2230	R\$ 6.4930

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	100.050.43	-1,9%

POUPANÇA

09/09/2020	0,1303%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Julho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,36%	0,46%	2,31%
INPC/IBGE	0,44%	0,80%	2,69%
IGP-M/FGV	2,23%	6,72%	9,27%

JUROS EM ALTA

Mercado Os juros fecharam em alta, mas mais pronunciada nos vértices longos, em meio à pressão do câmbio, das preocupações com a inflação e com o cenário fiscal, em um dia negativo para ativos de risco em geral. O mercado mantém as apostas de elevação da Selic já a partir do Comitê de Política Mone-

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Os preços ao sabor do tempo

O problema não é apenas o arroz. Ele subiu 15,69% e deve ter sido isso que preocupou a repórter mirim que foi à reunião ministerial. Nos primeiros sete meses do ano, pelo índice oficial, o feijão preto subiu ainda mais: 29,51%. A batata inglesa, 25%. A cebola está de chorar: 81%. Isso de janeiro a julho no IPCA. Hoje sairá o dado de agosto. E o índice geral deve ficar em torno de 0,3%. O acumulado do ano até julho é de apenas 0,46%. O caminho do presidente de pedir "patriotismo" aos supermercados não funciona, mas sim a lei da oferta e da procura. Espera-se que, a esta altura, o ministro Paulo Guedes já tenha explicado ao presidente a ideia básica.

A demanda subiu em parte em consequência do sucesso do programa de transferência de renda para pessoa física. O auxílio emergencial chegou aos mais pobres, houve demanda grande de alimentos e de material de construção. Alguns dos itens de construção estão com atraso de três meses para entrega. Além disso, as exportações do agronegócio, favorecidas pelo dólar alto e pela demanda chinesa, bateram recorde, pressionando ainda mais alguns preços.

No meio de uma recessão deste tamanho, pode parecer estranho. Mas isso tem explicação. Uma parte do programa do governo contra os efeitos da pandemia na economia foi o auxílio emergencial. E ele, noventa e nove por cento, não funcionou, mas sim a lei da oferta e da procura. Espera-se que, a esta altura, o ministro Paulo Guedes já tenha explicado ao presidente a ideia básica. A demanda subiu em parte em consequência do sucesso do programa de transferência de renda para pessoa física. O auxílio emergencial chegou aos mais pobres, houve demanda grande de alimentos e de material de construção. Alguns dos itens de construção estão com atraso de três meses para entrega. Além disso, as exportações do agronegócio, favorecidas pelo dólar alto e pela demanda chinesa, bateram recorde, pressionando ainda mais alguns preços.

O auxílio criou um padrão de consumo que é temporário. No

primeiro momento ajudou a atenuar a queda da economia, mas num segundo momento pode haver um "vento contra", como ouvi no próprio governo. Na hora em que o auxílio acabar, pode haver uma queda forte no consumo. Isso é que faz com que o ministro da Economia fale tanto no Renda Brasil que, contudo, ele não sabe como viabilizar.

O governo foi ineficiente na transferência de recursos para as empresas. As linhas para a pessoa jurídica foram confusas e demoradas. As grandes conseguiram acesso, mas as pequenas empresas, não. O processo decisório foi muito lento, com idas e vindas, e o dinheiro só agora está chegando à ponta. Exceto um ou outro programa que deu certo, como o Pronampe, no resto, o governo enro-

lou-se em suas próprias burocracias e indecisões.

O fato é que agora há pelo menos 25 milhões de pessoas que dependem basicamente do dinheiro do governo para viver, e as empresas estão fragilizadas, muitas quebraram e essa era a hora de haver maior oferta de empregos. Por isso, a preocupação em manter o programa de desoneração dos 17 setores mais empregadores. E é isso que está sendo debatido no Congresso. O ministro Paulo Guedes quer oferecer em troca uma desoneração para todos os setores, desde que limitado aos empregos de até um salário mínimo e dependendo da aprovação do tal imposto sobre pagamentos. Muito provavelmente o veto será derubado e esses setores poderão recolher à previdência um per-

centual sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha.

Em relação à inflação, há um enorme desencontro de números. Produtos que subiram muito de preço, em geral alimentos, e outros que ficaram bem baixos. Por isso, o IPCA está em torno de 2% em 12 meses. Já o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, acumula alta de 15,2%. O dólar alto bateu forte nos preços do atacado, as commodities dispararam, como o minério de ferro. O IGP-DI de agosto, divulgado ontem, deu 3,87%, maior do que a inflação de um ano medida pelo IBGE. Os dois institutos medem coisas diferentes. A profunda recessão da economia manterá os preços no atacado bem diferentes dos preços ao consumidor, exceto por alguns setores, como alimentos.

O pior ingrediente que pode ser adicionado à economia, neste momento, é um ataque de populismo do presidente da República, fazendo apelos a supermercados ou insinuando artificialismos. Em um país que tem sofrido, nesta administração, sérios retrocessos em tantas áreas, só faltava ter que lidar com interferência governamental na formação de preços.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Ministra da Agricultura descarta intervenção e diz que não vai faltar alimento

ALTA A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que o governo não fará nenhum tipo de intervenção nos preços dos principais alimentos da cesta básica brasileira, que têm apresentado forte inflação nas últimas semanas, como arroz, feijão, leite, carne e óleo de soja. Há registros de crescimento de mais de 100% nas gôndolas de supermercados.

À Agência Estado, Tereza Cristina afirmou ontem que não há nenhum risco de desabastecimento desses produtos para o consumidor brasileiro, e que o governo monitora em tempo real a situação do mercado. “Estamos vivendo uma situação de transição, é uma questão pontual e que vai passar. O governo não vai fazer nenhuma intervenção em preços de mercado, o que estamos fazendo é monitoramento constante”, disse à reportagem.

Hoje, representantes da Abras, entidade que reúne os supermercados, têm reunião com o governo, em Brasília, para discutir o assunto. A associação deve apresentar um panorama geral sobre a inflação dos alimentos e tratar de eventuais medidas que possam reduzir o preço dos produtos nas gôndolas. A expectativa é de que o encontro reúna representantes do Ministério da Economia, Agricultura e Palácio do Planalto.

Na semana passada, a Abras, que representa 27 associações estaduais afiliadas, afirmou que “vé essa conjuntura com muita preocupação, por se tratar de produtos da cesta básica da população brasileira”.

“O setor supermercadista tem sofrido forte pressão de aumento nos preços de forma generalizada repassados pelas indústrias e fornecedores. Itens como arroz, feijão, leite, carne e óleo de so-

“Estamos vivendo uma situação de transição, é uma questão pontual e que vai passar. O governo não vai fazer nenhuma intervenção”
Tereza Cristina

Ministra da Agricultura, sobre a alta no preço dos alimentos.

ja com aumentos significativos”, declarou a associação, afirmando que isso se deve ao aumento das exportações desses produtos e sua matéria-prima e a diminuição das importações desses itens, motivadas pela mudança na taxa de câmbio, que provocou uma forte valorização do dólar frente ao real. Somam-se a isso a política fiscal de incentivo às exportações e o crescimento da demanda interna impulsionada pelo auxílio emergencial.

Na avaliação do Ministério da Agricultura, os preços tendem a cair nos próximos meses. “Assim como já aconteceu com o leite, que subiu e depois caiu, os preços tendem a se acomodar”, disse a ministra. Tereza Cristina lembrou que houve uma safra recorde neste ano e que, apesar do aumento das exportações, não há risco de faltar alimento neste ano e no próximo.

Bolsonaro reduz verba destinada a sem-terra

REFORMA O governo de Jair Bolsonaro enviou ao Congresso uma proposta de orçamento para o Incra em 2021 que praticamente reduz a zero a verba de melhorias dos assentamentos, ao mesmo tempo em que eleva o dinheiro reservado para o pagamento de indenização judicial a fazendeiros que tiveram suas propriedades desapropriadas. A medida acentua um esvaziamento iniciado na gestão de Michel Temer (2016-2018) e projeta um cenário de extinção da reforma agrária, que já sofre paralisia desde o início do atual governo.

Em números absolutos, o orçamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para 2021 até tem uma elevação de 4%, em relação ao aprovado para 2020, de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 3,4 bilhões. Desse total, porém, 66% (R\$ 2,1 bilhões) foram reservados para o pagamento de dívidas com fazendeiros que conseguiram na Justiça elevar o valor de indenização por terras desapropriadas por improdutividade.

Em linha oposta, programas da reforma agrária foram praticamente dizimados. Assistência Técnica e Extensão Rural, Promoção de Educação no Campo e Reforma Agrária e Regularização Fundiária tiveram redução de mais de 99% de verba. A tesoura nas ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, concessão de crédito às famílias assentadas e aquisição de terras

ficou acima de 90%. Monitoramento de conflitos agrários e pacificação no campo sofreu corte de 82% e a consolidação de assentamentos, 71%.

Durante a campanha, Jair Bolsonaro chegou a classificar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de grupo terrorista. Ao assumir o governo, em 2019, paralisou os processos de aquisição, desapropriação ou outra forma de obtenção de terras para a reforma agrária, além da identificação e delimitação de territórios quilombolas. Ao final de seu primeiro ano de gestão, o Incra tinha 66 projetos de assentamento para reforma agrária, mas o governo não havia assentado nenhuma família.

Os dados do Incra apontam 5.428 famílias assentadas em 2019, mas isso se refere a processos antigos de agricultores que ocupavam áreas sem autorização da autarquia. Sob Bolsonaro, o Incra passou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura, controlado pelos ruralistas e sob o abrigo do qual está a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, chefiada pelo pecuarista Nabhan Garcia, adversário do MST. A ministra Tereza Cristina (Agricultura) e o próprio presidente do Incra, Geraldo José da Camara Ferreira de

●● Não é que não precise. Precisa ter, em alguns aspectos pontuais, mas aquela pressão pela reforma agrária e aquela agressividade política deixaram de existir. Não está mais na agenda do país Raul Jungmann

ex-ministro de Desenvolvimento Agrário

Melo Filho, são ruralistas. Raul Jungmann, chefe da pasta de Política Fundiária (que virou Desenvolvimento Agrário), de 1996 a 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, disse que a reforma deixou de ser uma questão política relevante, por três fatores. A ampliação da população urbana, o crescimento dos programas sociais e o mudança de posição do MST de movimento de oposição para movimento governista, nas gestões do PT.

“Não é que não precise. Precisa ter ainda, em alguns aspectos pontuais, mas aquela pressão pela reforma agrária e aquela agressividade política deixaram de existir. Não está mais na agenda do país”, diz Jungmann, que também foi ministro da Defesa e Segurança Pública na gestão Temer.

O Incra afirmou, em nota, “não ter ingerência em relação aos recursos para o pagamento de despesas com sentenças judiciais e que não sofreu pressão de ruralistas.” O Ministério da Agricultura disse, também em nota, que em razão do ajuste fiscal a pasta sofreu um bloqueio de R\$ 240 milhões, sendo necessário a readequações de valores, e que trabalha para agilizar processos de regularização fundiária em terras da união e assentamentos.

Fux toma posse como presidente do STF nesta quinta-feira

SUPREMO O ministro Luiz Fux participou nesta terça-feira da última sessão como integrante da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Na quinta, o ministro tomará posse como novo presidente do STF. A Turma é composta pela ministra Rosa Weber (atual presidente, responsável por definir as datas dos julgamentos e conduzir as sessões) e pelos

ministros Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. No discurso de despedida da Primeira Turma, Fux declarou: “Uma Turma pacífica, que é harmoniosa, coerente, que tem julgados muito respeitados, e acima de tudo, que pode se vangloriar, que colocou o Supremo Tribunal no patamar que ele merecia. Lutamos contra algumas ad-

versidades, mas nenhuma delas pode ser atribuída à Primeira Turma.” O lugar de Fux deve ser ocupado pelo atual presidente do STF, ministro Dias Toffoli, de acordo com o regimento interno. A posse de Fux está marcada para as 16h desta quinta, no STF. O ministro ficará à frente do tribunal até 2022. Rosa Weber será a vice-presidente.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 09/09/2020	Página: 02

Tribuna

Investimentos

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou duas pesquisas inéditas com dados sobre investimento líquido e estoque de capital no Brasil de 1947 a junho de 2020. Elas revelam que, no começo deste ano, o investimento líquido voltou a ser positivo no acumulado de 12 meses, após um período de resultados negativos iniciado em 2016, o único em toda a série histórica. Isso significa que, apesar de a retomada do crescimento dos investimentos brutos ter se iniciado em 2017, somente no início de 2020 eles voltaram a ficar maiores que o investimento necessário para repor da depreciação - indicando o aumento da capacidade instalada do estoque de capital.

ACM Neto e Rui Costa inauguram unidade de saúde

A Unidade Básica de Saúde (UBS) de Pirajá será entregue pelo prefeito ACM Neto e pelo governador Rui Costa nesta quarta-feira (09), às 9h. O equipamento, localizado na Rua Elísio Mesquita (perto da Escola Municipal Professora Alexandrina dos Santos Pita), foi construído pelo governo do Estado e será gerido pela Prefeitura de Salvador.

A UBS atende a uma antiga reivindicação da comunidade, através da oferta de serviços de atenção integral, desde o recém-nascido ao idoso, por meio de atendimento médico, de enfermagem e odontológico. Cerca de 460 pessoas serão atendidas diariamente no posto. A equipe de profissionais irá cumprir jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Serão ofertados serviços considerando as áreas prioritárias da Atenção Primária à Saúde nos programas

de pré-natal, hipertensão, diabetes, controle da tuberculose, hanseníase e doença falciforme.

Além disso, a unidade de saúde disporá de serviços complementares como curativo, coleta de material para exames laboratoriais, vacinação, realização de visita domiciliar, marcação de consulta para outras especialidades e outros exames ofertados, dispensação de medicamentos, confecção do cartão SUS (2ª via), acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família e acolhimento com classificação de risco.

Em dezembro de 2012, a cobertura da Atenção Primária à Saúde no Distrito Sanitário São Caetano/Valéria era de 13,8% e, em setembro de 2020, alcançou 78,1%, demonstrando um incremento de aproximadamente 466,2% na atual gestão municipal.

Crise: Coelba sofre impacto de R\$ 41 mi em arrecadação

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), empresa do Grupo Neoenergia, teve sua arrecadação mais afetada durante o segundo trimestre deste ano, justamente no auge do isolamento social contra a pandemia do coronavírus. De acordo com a empresa o impacto total foi de R\$ 41 milhões. Sua clientela atinge mais de 15 milhões de habitantes.

De acordo com a assessoria de comunicação do grupo, "o impacto na arrecadação da Coelba foi concentrado, principalmente, nos meses de abril e maio, totalizando aproximadamente R\$ 41 milhões. Para minimizar os impactos provocados pela pandemia de COVID-19, a Coelba promoveu diversas ações com a finalidade de ajudar os clientes a adequar a capacidade de pagamento ao orçamento doméstico e, consequentemente, manter as faturas de energia em dia."

A concessionária afirmou também, em nota enviada ao jornal **Tribuna da Bahia** que "disponibilizou para seus clientes um portal de negociação, disponível 24 horas por dia que oferece condições diferenciadas de pagamento os clientes com faturas em aberto. Entre as iniciativas estão a possibilidade de pagamento da fatura no cartão de crédito, com parcelamento em até 12 vezes e a possibilidade de pagamento da conta através do cartão do Auxílio Emergencial da Caixa Econômica Federal."

Outra iniciativa da empresa no período foi o cadastramento de mais de 160 mil clientes na Tarifa Social de Energia Elétrica, que concede desconto de até 65% na fatura de energia. Atual-

mente, mais de 1,5 milhão de famílias baianas estão inscritas no benefício.

DICAS DE ECONOMIA

A Coelba informa e está divulgando maciçamente a população, que desligar a televisão da tomada quando não estiver assistindo ajuda mesmo a economizar energia, bem como trocar as lâmpadas por modelos de LED. Outra dica importante é de que aumentar a temperatura do ar-condicionado ajuda a diminuir na conta.

Essas são algumas das pequenas atitudes que podem ser adotadas no dia a dia para reduzir o consumo. A gerente de eficiência energética, Ana Christina Mascarenhas, orienta para a importância da mudança de hábitos e, para isso, desvenda mitos e verdades sobre ações que contribuem para a economia de energia em casa:

"É importante desligar principalmente TVs, laptops, micro-ondas e aparelhos de som. Mesmo desligados completamente, eles continuam consumindo energia se mantidos na tomada. No modo stand by o consumo é menor, mas existente. Por segurança, na hora de tirar da tomada, deve-se puxar segurando o plugue, não o fio, que pode ser danificado e causar choques elétricos. Já o carregador de celular conectado na tomada consome, porém muito baixo. A potência é de cerca de 0,022 W, ou seja, custo mensal de 1 centavo, se conectado o mês inteiro na tomada. Apesar disso, a orientação, por segurança, é de retirá-lo sempre da tomada. Outros alertas para evitar acidentes são de não mexer no aparelho enquanto estiver carregando e sempre utilizar cabos e carregadores originais."

REDUZIDO

Trabalhador que teve contrato suspenso terá 13º

MARTA CAVALLINI, G1

Um dos benefícios mais esperados pelos trabalhadores, o 13º salário, será impactado para aqueles que tiveram seu contrato de trabalho suspenso ou a jornada reduzida devido à pandemia de Covid-19. Por conta da medida, esses trabalhadores deverão receber um valor menor que o usual no chamado abono natalino.

De acordo com Lariene Del Vecchio, advogada especialista em direito do trabalho e sócia da Advocacia BDB, o principal impacto será no 13º de quem teve o contrato de trabalho suspenso.

"Muitos trabalhadores terão a infeliz surpresa na hora do pagamento. Isso porque o período em que tiveram o contrato suspenso não será computado, o que poderá reduzir o valor do 13º salário se não trabalhou ao menos 15 dias de cada mês", alerta.

A advogada explica que a suspensão do contrato, por se tratar de uma paralisação da prestação do serviço, não obriga o empregador a pagar os salários naquele período estabelecido, e isso é estendido para o

pagamento do 13º.

Corte e suspensão

A suspensão de contratos e redução de remuneração e jornada por até seis meses foram permitidos por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, do Governo Federal.

No caso dos contratos suspensos, os salários são cobertos pelo governo federal até o limite do teto do seguro-desemprego (R\$ 1.813,03) para funcionários de empresas com receita bruta até R\$ 4,8 milhões. Já quem teve a jornada reduzida, recebe o salário proporcional da empresa e um complemento relativo a uma parte do valor do seguro-desemprego.

Em ambos os casos, os trabalhadores têm direito à estabilidade pelo tempo equivalente à suspensão ou redução – veja mais informações sobre o benefício abaixo.

Cálculo do 13º

A advogada Lariene del Vecchio ressalta que a redução se deve pela quantidade de meses trabalhados, e não pelo valor dos salários. Isso porque o cálculo do 13º é feito de acordo com o sa-

lário integral mais recente recebido pelo trabalhador - e não pelo valor do benefício recebido durante a suspensão do contrato ou da jornada reduzida.

Ou seja, mesmo que o trabalhador tenha recebido até o limite do teto do seguro-desemprego (R\$ 1.813,03), a remuneração que conta para o pagamento do 13º é o salário integral que ele receberia no período.

"O que vai reduzir os valores não é a diminuição do salário nos meses em que o contrato foi suspenso, e sim, o funcionário não ter trabalhado por ao menos 15 dias em algum mês do ano. Porque esse passa a não ser contado", explica.

Isso significa que cada mês em que o profissional trabalhou menos de 15 dias - seja por ter o contrato suspenso ou a jornada reduzida - será desconsiderado no cálculo do 13º.

Se o 13º for pago em duas parcelas, a primeira parte vai corresponder ao salário do mês anterior ao primeiro pagamento. Já a segunda vai corresponder à remuneração de dezembro - mas é sempre o valor integral do último salário, não o valor do seguro-desemprego,

salienta a advogada.

Se for pago em uma única parcela, em 20 de dezembro (data limite para o pagamento), por exemplo, será considerado o salário do mês de dezembro, independentemente de o contrato estar suspenso até aquele mês.

Exemplo: um trabalhador que teve o contrato suspenso por quatro meses, sem trabalhar ao menos 15 dias no mês, e com salário de R\$ 2.000 no mês de dezembro, deverá receber R\$ 1.333,33 como 13º. Caso tivesse trabalhado os 12 meses do ano, esse valor seria de R\$ 2.000. A conta do valor efetivo é feita dividindo o salário integral (R\$ 2.000) por 12, e multiplicando pelo número de meses efetivamente trabalhados (a partir de 15 dias de trabalho).

Segundo Lariene, se a suspensão começou, por exemplo, em 1º de abril e foi até 30 de maio, o funcionário deixou de trabalhar dois meses inteiros e, por isso, esses meses não contam. Mas, se a suspensão começou dia 20 de abril, o funcionário trabalhou 19 dias naquele mês, então este mês conta, porque ele trabalhou mais que 15 dias.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Adary Oliveira

O projeto da reforma tributária

Uma das inúmeras dificuldades que se tem durante a discussão do projeto da reforma tributária é que os governantes de agora ficam retidos na conta do balcão, calculando o que poderiam perder no curto prazo, ignorando os benefícios sociais de longo prazo. Quando em 1996 foi promulgada a Lei Kandir, que isentou de impostos a exportação dos produtos primários, a produção de grãos, safra 1995/1996, foi de 73,6 milhões de toneladas. Na época a gritaria dos governos estaduais, pela perda do ICMS nas exportações, levou o Governo Federal a instituir um fundo de compensação pelas perdas, o que acalmou os ânimos dos contrários. Muito se fez pelo agronegócio brasileiro, mas a desoneração

das exportações foi o fator de maior relevância. Hoje estamos comemorando a produção de 253,7 milhões de toneladas de grãos da safra 2019/2020.

Tal medida deu competitividade ao setor e o dilato das exportações regou a economia local com substancial aumento da arrecadação. As pessoas com mais dinheiro no bolso passaram a consumir mais alimentos, vestuário e moradia, e os impostos arrecadados superaram em muito as perdas de curto prazo. O poder legislativo, responsável pelo estudo, discussão e aprovação da reforma tributária, não deveria concentrar suas atenções no que se vai perder agora, mas no que se vai arrecadar a mais no futuro.

Durante a semana que passou foram divulgados os dados

de produção do segundo trimestre do ano, durante o período mais crítico da pandemia do coronavírus Covid-19, com o registro recorde de uma retração de 9,8% do PIB. Verificou-se que a contração da indústria foi de 12,3%, o recuo dos serviços de 9,7% e agropecuária apresentou uma variação positiva de 0,4%. Mesmo com todas as dificuldades o agronegócio foi o salvador da pátria.

Não aconteceu o mesmo com a indústria nacional que a cada dia tem perdido sua capacidade de competir internacionalmente, o que termina por chancelar como verdadeira a afirmativa que estamos atravessando um período de desindustrialização. Se não se aproveitar o momento para se encurtar os impostos que incidem na transformação industrial, criando condições mais competitivas no exterior, não se conseguirá mudar a tendência declinante que atravessamos. Precisamos aumentar a produtividade na indústria e isso só se consegue com tecnologia de ponta, com investimentos em pesquisa e incorpora-

ção de inovações. Para que a indústria sobreviva e cresça terá de realizar investimentos. A principal fonte de recursos para isso não vem de financiamentos subsidiados ou de renúncia fiscal, mas sim do ganho obtido com as realizações, principalmente com aumento das exportações e barramento das importações.

Se já conseguimos o possível com a reforma da previdência, para muitos impossível de ser obtida, se encaramos uma reforma administrativa para tornar o governo mais eficiente, resta-nos somar esforços para que seja efetivada uma reforma tributária capaz de romper as amarras que nos condenam a viver rastejando, sem direção ou perspectiva de crescimento e desenvolvimento. Todos sabemos que não basta sermos bons na produção de bens de baixo valor agregado, é preciso saber competir quando fabricamos mercadorias de alto valor adicionado.

Adary Oliveira é engenheiro químico e professor (Dr.) – adary347@gmail.com

Veículo: Política Livre	
Data: 09.09.2020	Caderno: Economia



Bahia assina acordo de confidencialidade com a Rússia e quer testar efeitos da vacina no Brasil

BAHIA

O governo da Bahia assinou nesta terça (8) um acordo de confidencialidade para ter acesso a dados científicos da vacina desenvolvida pela Rússia contra a Covid-19. A ideia é a de conduzir estudo no Brasil sobre ação da vacina em uma população de formação étnica distinta da russa.

Estudo publicado pela revista The Lancet sobre as fases 1 e 2 de estudos da chamada Sputnik V mostrou eficácia de 100%, mas cientistas dizem que ela ainda precisa de mais testes.

Veículo: Política Livre	
Data: 09.09.2020	Caderno: Economia



09 de setembro de 2020 | 10:24

Caso acordo com Rússia avance, secretário diz que Bahiafarma poderá vender vacina ao Governo Federal

BAHIA

Caso o [acordo de confidencialidade](#) firmado entre o Governo da Bahia e a Rússia avance, o secretário de Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, declarou, na manhã desta quarta-feira (9), que, se tudo caminhar bem, a Bahiafarma deverá vender a vacina russa para o Governo Federal. “Dando tudo certo, a nossa proposta no memorando de entendimento é que a Bahia seria a responsável pela comercialização da vacina no Brasil através da Bahiafarma”, anunciou o titular da Sesab durante a entrega de uma unidade de saúde na capital baiana.

“Confirmando isso, nós iremos submeter o protocolo ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Couto Maia. Na sequência, à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a Conep, em Brasília, e, também, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. Se eles aprovarem o protocolo, dentro de um mês a gente pretende iniciar esse estudo”, ressaltou.

Veículo: Estadão	
Data: .09.09.2020	Caderno: Economia



Igrejas querem usar reforma tributária para ficarem imunes a mais tributos

Templos já buscam perdão para dívidas antigas de R\$ 1 bi com a Receita; líder da bancada evangélica apresentou emenda que pretende estender a imunidade a todos os tributos das instituições

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

09 de setembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Em busca de perdão para dívidas passadas com a **Receita Federal**, as igrejas querem ampliar sua imunidade constitucional para afastar o recolhimento de tributos no futuro. Uma emenda apresentada pela bancada evangélica no âmbito da **reforma tributária** quer tornar os templos religiosos imunes ao pagamento de qualquer tipo de tributo, inclusive as contribuições. Hoje, essas instituições só são livres de impostos.

A emenda, apresentada no ano passado pelo líder da bancada evangélica, deputado **Silas Câmara (Republicanos-AM)**, pretende estender a imunidade a todos os tributos incidentes sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior) das igrejas. A justificativa é garantir que não haja qualquer restrição à liberdade religiosa.

“A União, em resposta às várias crises fiscais que ocorreram ao longo das últimas décadas, promoveu sucessivos aumentos de contribuições e outros tributos que estão fora do alcance da imunidade tributária para as entidades religiosas, o que acabou por reduzir a efetividade da proteção à liberdade de culto, tal qual concebida pelo constituinte originário”, diz a justificativa da emenda.

Segundo apurou o **Estadão/ Broadcast**, o relator da reforma, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, já teve reuniões com a bancada e com o governo sobre o tema, mas ainda não há definição política se a emenda será ou não incorporada ao texto. A proposta está neste momento sendo discutida em uma comissão mista, formada por deputados e senadores.

A reportagem tentou contato com o líder da bancada evangélica e com o relator da reforma, mas não obteve resposta. A Receita Federal não quis comentar.

O **advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara, do Bichara Advogados**, diz acreditar que a reforma acabará sendo “neutra” para as igrejas, ou seja, nem elevar nem diminuir a carga tributária. Além disso, ele alerta que, mesmo que o **Congresso** decida ampliar a imunidade dos templos religiosos, isso não será salvo conduto para eventuais desvios.

“Se determinada igreja teve lucro muito grande, distribuiu e não recolheu o tributo, para este mal já existe remédio. Nenhuma lei protege contra desvio de finalidade. Pode prever o que for. Não há lei contra o desvio de finalidade”, afirma Bichara.

Segundo o advogado, as igrejas não podem se valer da imunidade para deixar de recolher tributos ao distribuir participações em lucros ou remuneração variável de acordo com o número de fiéis ou o valor do dízimo arrecadado. Por isso, mesmo que a emenda seja incluída, a avaliação dele é que os auditores fiscais continuarão com espaço para fiscalizar e autuar em eventuais irregularidades.

Imunidade

Segundo Bichara, o próprio **Supremo Tribunal Federal (STF)** já decidiu que, de acordo com as regras atuais, a imunidade tributária concedida às igrejas vale apenas para impostos. Considerando esse entendimento, a aprovação do perdão a outros tipos de tributos seria inconstitucional.

Sob a lei atual, as igrejas são alvos de autuações milionárias justamente por driblarem a legislação e distribuírem lucros e outras remunerações a seus principais dirigentes e lideranças sem efetuar o devido recolhimento de tributos. O débito dos templos inscrito na Dívida Ativa da União chega a R\$ 1,5 bilhão, sem contar os valores ainda em fase administrativa de cobrança na Receita Federal.

Na área econômica, há uma preocupação com a pressão crescente da bancada evangélica por medidas que beneficiem as igrejas. **O perdão das dívidas de quase R\$ 1 bilhão**, revelado pelo **Estadão/Broadcast**, é só mais um capítulo dessa briga, que tem no próprio presidente **Jair Bolsonaro** uma das fontes de pressão. A bancada

evangélica, com 195 deputados e oito senadores, é um dos principais pilares de sustentação política do presidente.

Bolsonaro, que já ordenou à equipe econômica em outras ocasiões “resolver o assunto” da dívida das igrejas, tem nas mãos a decisão sobre sancionar ou não o perdão das dívidas. Ele precisa decidir até a próxima sexta-feira, dia 11.

A emenda do perdão foi proposta pelo deputado **David Soares (DEM-SP)**, filho do missionário **R. R. Soares**, fundador da **Igreja Internacional da Graça de Deus**. A instituição tem R\$ 37,8 milhões inscritos na Dívida Ativa da União, além de outros débitos milionários ainda em fase de cobrança administrativa pela Receita. **Veja quais são os 'agrados' que o governo já deu às igrejas**

- **Crédito:**

Em julho, o Congresso incluiu as igrejas entre as instituições que podem contratar empréstimos subsidiados pelo governo para quitar a folha de pagamento de funcionários durante a pandemia. O presidente Jair Bolsonaro sancionou a ampliação do programa que previa inicialmente apenas empresas e cooperativas.

- **Imóveis:**

Com dados obtidos por meio da **Lei de Acesso à Informação** e registros de cartórios, o **Estadão** mostrou, em abril, que 663 salas comerciais, apartamentos, terrenos, galpões e residências em condomínios de luxo da **União** estão ocupados por organizações religiosas. Pelas regras, os ocupantes pagam apenas uma taxa anual que incide sobre o valor registrado do terreno e pode ser de 0,6% ou 2%.

- **Conta de luz:**

Em janeiro, o **Estadão** revelou que, a pedido de Bolsonaro, o **Ministério de Minas e Energia** elaborou decreto que concedia subsídios na conta de luz para templos religiosos. Depois de pressão da equipe econômica, o governo recuou da medida.

- **Obrigações fiscais:**

No primeiro ano do seu mandato, Bolsonaro dispensou templos religiosos menores de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** e elevou o teto de arrecadação (de R\$ 1,2 milhão para R\$ 4,8 milhões) que obriga igrejas a informar o governo federal sobre todas as movimentações financeiras diárias.

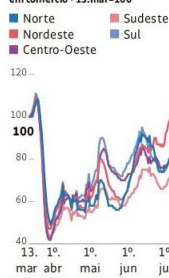
mercado **coronavírus****Mortalidade é fator determinante na recuperação da economia**

Consumo de bens já se recuperou no Nordeste

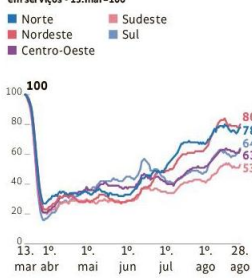
Mas o setor de serviços ainda tem retomada mais gradual em todas as regiões

Municípios com maior repasse do auxílio emergencial apresentam maior recuperação do consumo, mas retomada também está ligada à queda do número de mortes por Covid

Gastos com cartão de crédito em comércio - 13.mar=100



Gastos com cartão de crédito em serviços - 13.mar=100



Gastos com cartão de crédito - 13.mar=100

**Controlar morte é determinante para consumo voltar, diz estudo**

Queda da poupança em cidades mais afetadas pode compensar redução do auxílio

Thais Carranço

SÃO PAULO Com a redução e o posterior término do auxílio emergencial, esperados para os próximos meses, o controle das mortes pela Covid-19 deverá ser o fator determinante na retomada do consumo, segundo estudo do Itaú divulgado em primeira mão à Folha.

Conforme levantamento do banco com base em gastos presenciais com cartão de crédito, municípios com menores repasses governamentais e menor mortalidade estão tendo recuperação mais forte do consumo do que aqueles com mais repasses e mais mortalidade. Além disso, os municípios com mais mortes pelo coronavírus estão com maior nível de poupança. Isso sugere que, se a mortalidade nesses locais for controlada, o aumento de gastos a partir dos recursos guardados pela população pode impulsionar a atividade à frente, ajudando a compensar a redução das transferências governamentais.

“Os resultados evidenciam que a recuperação da economia e o controle da pandemia são indissociáveis”, afirma a equipe do Itaú, em relatório. O Itaú Índice de Atividade – Consumo por Região (IDAT-CR), lançado nesta semana pelo banco, mostra com base em dados colhidos diariamente de 13 março a 21 de agosto que a recuperação da atividade econômica tem sido distinta entre as regiões.

“Enquanto o setor de bens de consumo já atingiu níveis pré-pandemia no Nordeste, o consumo nas outras regiões não se recuperou, sendo o Sudeste a região com o pior desempenho”, observam os economistas.

Já em serviços, atividades que dependem mais da redução do distanciamento social, nenhuma região retomou o nível anterior ao agravamento da crise, mas também aqui Nordeste e Norte têm desempenho melhor do que as demais regiões.

Segundo os economistas do Itaú, dois fatores explicam essa dinâmica: no Nordeste e no Norte, novas mortes estão em queda e em menor patamar que nas demais partes do país. Além disso, os municípios das duas regiões tiveram maior repasse do auxílio emergencial como proporção do PIB.

O auxílio teve sua primeira parcela distribuída em abril, com valor de R\$ 600, que podia chegar a R\$ 1.200 para mães solteiras, e previsão inicial de três meses. Foi estendido com o mesmo valor por mais dois meses, até agosto, e agora deve ir até dezembro, com valor reduzido a R\$ 300.

Numa análise ainda mais detalhada, a nível municipal, os

economistas separaram municípios com maior e menor repasse do auxílio, e dentro de cada um desses subgrupos, aqueles com maior e menor mortalidade.

Como seria esperado, as cidades com maior repasse da ajuda e menor mortalidade têm a recuperação mais forte. Mas o que mais chama a atenção é que o consumo de municípios com menor repasse e menor mortalidade está acima dos com maior repasse e maior número de mortes.

“Muita gente fala que é só o auxílio e que a hora que ele acabar o consumo cai. Não é só isso. O que mostramos é que a retomada do consumo está relacionada também à dinâmica do vírus”, diz Júlia Gottlieb, economista do Itaú. “Quando o vírus está muito forte, há tanto o medo das pessoas de sair para consumir como restrições dos governos ao funcionamento de serviços que requerem aglomeração, caso de bares, restaurantes, salões de beleza, cinemas”, diz Luka Barbosa, também economista do banco. “Tínhamos uma intuição de que, à medida que o vírus fosse desacelerando, haveria efeito na atividade. Os dados corroboram essa percepção.”

A analista Claudia Bruschi destaca outro fator que leva a equipe à avaliação de que a dinâmica da pandemia será o fator mais relevante na retomada da atividade à frente: os municípios que mais receberam repasses como proporção de seus PIBs e que apresentam recuperação mais forte até agora têm pequena partici-

pação na economia nacional. Isso também ajuda a explicar por que essas cidades estão com o nível de consumo quase 50% acima do período pré-pandemia: são municípios em geral de menor renda, nos quais o consumo caiu menos mesmo antes da distribuição do auxílio, porque os rendimentos de seus habitantes são mais comprometidos com o consumo de itens essenciais, como alimentos.

Por fim, os economistas analisaram a dinâmica das aplicações em poupança nas cidades com mais e menos mortes pela Covid-19. Dados até maio mostram que municípios com maior número de mortes acumuladas por habitante tinham então nível da caderneta 12% maior do que em março, e os municípios com menos mortes, apenas 7% acima.

Barbosa destaca que, no país como um todo, a poupança das famílias deve chegar a 19% da renda em 2020. O patamar é bastante fora da curva, já que entre 2010 e 2018 esse percentual costumava rodar em torno de 10% a 12%, tendo subido para 13,5% em 2019.

“Uma parte dessa poupança é precaucional, as pessoas pouparam porque o desemprego subiu e a situação econômica está pior”, diz. “Mas o principal motivo pelo qual essa poupança subiu é o vírus, com as pessoas gastando menos devido ao distanciamento social, tanto entre os de classe baixa que receberam o auxílio quanto entre os de classe alta”, avalia, destacando que o menor gasto tem efe-

tado principalmente o consumo de serviços.

Assim, à medida que o vírus desacelerar, o Itaú estima que a poupança deva cair para 14% da renda em 2021. Com isso, o banco projeta alta de 3,7% do consumo no próximo ano, após queda de 6% em 2020.

“Em 2021, teremos um efeito que contribui negativamente para a retomada do consumo que é a redução das transferências de renda”, diz Barbosa. Em sua avaliação, mesmo que o Bolsa Família seja expandido com a criação do Renda Brasil, os patamares de transferência serão menores do que os atuais, já que o nível de 7% do PIB ao ano do auxílio é considerado insustentável do ponto de vista fiscal.

“Mas há outros dois vetores positivos: queda da poupança, devido à esperada desaceleração do vírus, e a recuperação do mercado de trabalho. Considerando esses três fatores, avaliamos que o resultado líquido para o consumo no próximo ano deve ser positivo.”

Apesar do crescimento projetado para 2021, Barbosa diz que tanto o PIB brasileiro como o consumo só devem retomar o nível pré-pandemia na metade de 2022.

“A dinâmica das transferências importa, o auxílio importa, mas não é só isso: a dinâmica do vírus é importante. Em municípios com mortalidade menor, o consumo vem voltando mais. Por isso, à medida que a epidemia for controlada é que haverá uma queda da taxa de poupança, dando impulso à atividade”, conclui Júlia.

Petróleo cai abaixo de US\$ 40 com demanda menor; techs desabam

Júlia Moura

SÃO PAULO O preço do petróleo despencou nesta terça-feira (8) com o receio de investidores acerca da demanda global pela matéria-prima. Na segunda (7), a Saudi Aramco, uma das maiores petrolíferas do mundo, cortara os preços oficiais de venda de outubro para seu petróleo Arab light, em um sinal de que a demanda pode estar em queda.

Redução nos preços levou o petróleo ao quinto pregão seguido de desvalorização. O contrato de barril de Brent (referência internacional) para novembro, mais negociado, caiu 5,3%, a US\$ 39,78, menor valor desde junho.

As ações da Petrobras refletiram o movimento. As preferenciais (mais negociadas) caíram 2,9%, a R\$ 22,26, e as ordinárias, 3,5%, a R\$ 22,52, derrubando o Ibovespa, que fechou em queda de 1,17%, a 100.050 pontos.

Na esteira da queda do petróleo, a estatal anunciou que reduzirá os preços médios do diesel e da gasolina em 5% nas suas refinarias a partir desta quarta (9).

Na semana passada, a Petrobras já havia reduzido o valor do diesel, o combustível mais consumido do país, em 6%. Na mesma oportunidade, a empresa cortara o valor da gasolina em 3%.

Com a redução, o novo preço do diesel na refinaria será de cerca de R\$ 1,6255 o litro, o menor desde o início de julho. No caso da gasolina, a cotação reajustada será de R\$ 1,6813, o menor patamar desde o final de junho.

No ano, a queda acumulada aumentou para cerca de 30%, no caso do diesel, e para aproximadamente 12%, para a gasolina.

Em agosto, a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) disse que a demanda global por petróleo deve cair mais em 2020 do que previsto antes, com a pandemia, e que uma recuperação no próximo ano enfrenta grandes incertezas.

Os preços do petróleo desabaram neste ano devido aos impactos do coronavírus, que incluíram restrições a viagens e desaceleração da atividade econômica. Embora alguns países tenham aliviado medidas de distanciamento, permitindo que a demanda se recupere, a preocupação com novos surtos do vírus tem segurado os preços, o que a Opep espera que continue.

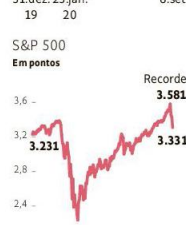
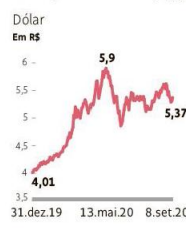
Fora o petróleo, as ações de tecnologia nos EUA movimentaram o pregão. Os papéis da fabricante de carros elétricos Tesla recuaram 21%, a maior queda do papel em um pregão, a US\$ 330,21, em meio à venda generalizada de empresas com forte valorização nos últimos meses.

Além disso, investidores esperavam que a Tesla ingressasse no índice S&P 500, que reúne as maiores empresas dos EUA. A montadora comandada por Elon Musk, porém, ficou de fora da nova composição do S&P 500, que fechou em queda de 2,8%.

O Dow Jones recuou 2,25%, a Nasdaq, 4%, pressionadas pela queda nas ações de tecnologia, que acumularam ganhos expressivos com resultados das companhias acima da expectativa. As ações da Amazon recuaram 4,4% e as da Microsoft, 5,4%. Facebook teve queda de 4%, Google, de 3,6%, e Apple, de 6,7%.

Analistas dizem que ainda não é possível afirmar se a forte e repentina desvalorização no setor é uma bolha que estourou ou apenas realização de lucros.

Com aversão a risco, o dólar subiu 1,2%, para R\$ 5,37.

Bolsas e petróleo têm forte queda nesta terça (8)

Fontes: CMA e Bloomberg

Bovespa e S&P criam índice baseado em práticas ambientais, sociais e de governança

A B3 e o S&P Dow Jones, maior provedor de índices do mundo, lançaram nesta terça (8) um novo índice ESG. O indexador, que se chamará S&P/B3 Brasil ESG, vai utilizar critérios baseados em práticas ambientais, sociais e de governança para selecionar empresas brasileiras para sua carteira. O novo indicador se somará aos dois índices de sustentabilidade já existentes na B3, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e o IC02 (Índice Carbono Eficiente).



PF DEFLAGRA OPERAÇÃO CONTRA FRAUDES NO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM SP Polícia estima que o grupo tenha se apropriado de ao menos 45 cadastros no benefício; os investigados irão responder por furto qualificado e associação criminosa Divulgação/Polícia Federal

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Sem sal

Bolsonaro disse nesta terça (8) que o governo vai reagir à alta no preço da comida, mas o consumo do arroz, vilão da vez na inflação alimentar, já vinha mudando nos últimos meses, segundo empresas de tecnologia de varejo. A venda do produto saltou em março, no início da pandemia, provocando receio de desabastecimento. Mas depois se reverteu. O consumo por quilo caiu 20% nos varejistas de SP conforme o preço subiu, segundo a Jui Pdv, empresa de gestão de ofertas.

TEMPERO "A venda de arroz cresceu em março, mas estabilizou em abril. A partir de junho, quando o preço subiu, a venda caiu", diz Cláudia Bisselli Fonseca, sócia da Jui Pdv.

NAPANELA Robson Munhoz, da Neogrid, que mede a ruptura, ou seja, a falta de produtos nas prateleiras, afirma que houve momentos em que o indicador bateu em 20% na pandemia, mas agora está abaixo de 5%. "Hoje, pode até faltar uma marca ou outra, mas tem arroz no mercado", diz ele.

GRÃO O Distrito Federal e o Paraná tiveram os maiores aumentos nos mercados do país, com altas de 57,4% e 55,1% respectivamente, em agosto ante janeiro e fevereiro, diz pesquisa da Horus com base na leitura de notas fiscais.

FOME Luiza Zacharias, diretora da empresa, afirma que o auxílio emergencial do governo elevou o volume de dinheiro nos supermercados, ou seja, o recurso foi consumido em parte pela alta nos preços.

CHAPA Os interessados em disputar a presidência da Fiesp em 2021 começaram a se mexer nesta terça (8), quando saiu o edital determinando que os registros das chapas sejam entregues em 20 dias.

URNA José Roriz Coelho, que hoje é vice na entidade e faz oposição à atual gestão, se prepara há meses para disputar a vaga, mas achou o prazo curto. A Fiesp afirma que a data da eleição foi aprovada pela diretoria por unanimidade.

VOTO Segundo a Fiesp, a comissão com os juristas Ellen Gracie, Sydney Sanches, Almir Pazzianotto, Ives Gandra, e Cristina Mattioli também teve a aprovação da direção, e é ela que determina a data de publicação do edital. A partir daí, corre o prazo de 20 dias.

CÁLCULO O grêmio estudantil da Poli perdeu o título de entidade de utilidade pública que lhe dava alguns benefícios. A medida foi revogada em decreto do prefeito Bruno Covas. O grêmio afirma que o problema foi o prazo perdido em um processo administrativo de gestão de 2019 e que tenta restabelecer o título.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21 set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

RETROSPECTIVA No dia 6 de agosto, quando o secretário estadual de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy, foi preso em uma operação da Polícia Federal sobre fraudes na área da Saúde, ele pediu licença por 30 dias para se defender.

TEMPO Passado o prazo neste final de semana, Baldy, que foi solto pelo ministro do STF Gilmar Mendes) pediu mais 30 dias de licença. O governador João Dória, que aceitou a demanda, sempre pede que seja feita a ressalva de que as suspeitas que motivaram a prisão de Baldy são anteriores ao ingresso dele no governo paulista, em dezembro de 2018.

GARFO Representantes do setor de restaurantes têm procurado parlamentares para pressionar contra a derrubada do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de outros 17 setores. Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (associação dos restaurantes), afirma que os favorecidos fazem choradeira mas são privilegiados.

FAÇA Aos parlamentares, Solmucci não pede que o setor faça parte do grupo favorecido pela desoneração, mas que o benefício acabe e seja substituído por um modelo mais abrangente. Segundo ele, há mercados mais necessários, como os restaurantes, atingidos pela pandemia. "Ou desonera para todos, ou acaba com a desoneração", afirma ele.

TATO O senador Romário (Pode-RI) pediu ao Banco Central que tome providências para deixar as notas de R\$ 200 mais acessíveis para as pessoas com deficiência. As cédulas têm o mesmo tamanho que as de R\$ 20, o que dificulta a identificação pelos cegos. Em mensagem enviada na segunda (7), Romário afirma que ouviu muitas indignações.

MICROFONE O governo de SP vai anunciar nesta quarta-feira (9) a ampliação de um programa de patrocínio a atividades artísticas municipais que, por causa da pandemia, vai ter entre as atividades 16 maratonas culturais online com artistas locais. Serão R\$ 18,9 milhões neste ano, montante R\$ 6,4 milhões acima de 2019.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5% em R\$	97,04 em R\$	Máximo em R\$
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrólio da doméstica venceu em 4 set. A guia de pagamento dos patrólios inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o pagamento de multa por a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Bolsonaro pretende zerar imposto de importação de itens da cesta básica

Ideia inicial é segurar alta do arroz e depois estender medida para soja e milho; pressão de itens faz preço subir 20% em 12 meses

Gustavo Uribe e Julio Wiziack

BRASÍLIA Para evitar críticas por uma eventual volta da inflação puxada pelo preço do arroz e de outros itens da cesta básica, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pretende zerar o imposto de importação dos produtos.

Pessoas que participaram das discussões com o presidente afirmam que a ideia é, inicialmente, propor à Camex (Câmara de Comércio e Exterior), um comitê vinculado ao Ministério da Economia, zerar a alíquota de importação do arroz vindo de países fora do Mercosul.

A intenção do governo é regular já nesta semana uma reunião do órgão. Uma das datas em análise é sexta (11), para quando está previsto encontro do comitê executivo de gestão para definir uma posição. No entanto, outros produtos, como milho e soja, também poderão ter o mesmo tratamento para conter a alta de preços. Mas deverão ser tratados em uma outra rodada de encontros.

A alíquota de importação para países fora do Mercosul é de 12% para o arroz e 8% para soja e milho. Dentro do bloco, a tarifa é zero.

O aumento de preços vem ocorrendo pelos varejistas como resposta ao reaparelamento de produtos pelos agricultores. Segundo técnicos do governo, eles estão fazendo estoque para, assim, elevar o preço dos produtos.

Além disso, representantes de grandes redes de supermercados consideram que o aumento de preços se acelerou por causa de fatores como a desvalorização do real, a queda das importações e o crescimento da demanda interna. Outro fator é a alta das exportações.

O peso da cesta básica no cálculo do IPCA — a inflação oficial — é de 13%. Sempre que um item sofre alta, ocorre impacto na cesta e na inflação.

Os alimentos pesam para os mais pobres. Entre eles, a fatia da renda comprometida com alimentação é maior do que entre os mais ricos.

Embora a inflação esteja em seu menor patamar da história, o governo não quer arcar com o ônus político de enfrentar a volta do aumento de preços, especialmente no momento em que o poder de compra dos brasileiros vem sendo achatado pela crise causada pela pandemia da Covid-19.

Projeções do BC indicam que, neste ano, o país deve registrar a mais baixa inflação desde 1994, quando foi criado o Plano Real. A taxa deve fechar abaixo de 2,5%, perdendo só para 0,165% de 1998

Desde a semana passada, a tentativa de dar uma resposta a seu eleitorado, Bolsonaro tem telefonado para empresários de redes varejistas cobrando patriotismo e uma redução temporária de suas margens de lucro.

"Eu tenho apelado a eles. Ninguém vai usar caneta Bic para tabelar nada. Não existe tabelamento", disse o presidente em live nesta terça (8).

"Mas [estamos] pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais para a população seja próximo de zero. Eu acredito que, com a nova safra, a tendência é normalizar o preço", afirmou Bolsonaro. Em conversa com assessor

Inflação em itens da cesta básica



Fonte: Apas/Fipe

res, Bolsonaro se mostrou favorável à retirada da tarifa de importação do arroz.

A medida também encontra respaldo entre técnicos da Economia e da Agricultura, que estudam usar essa tática para o arroz e outros produtos que podem pressionar a inflação.

No entanto, nas últimas semanas, o presidente tem sido cobrado nas redes sociais por simpatizantes de seu governo pela elevação do preço dos produtos da cesta básica.

Associações do varejo divulgaram cartas públicas alertando para o aumento de preços. Alta chega a superar 20% em 12 meses em produtos como leite, arroz, feijão e óleo de soja — itens da cesta.

Até julho, o IPCA acumulada de 2,31% em 12 meses. Mas, no mesmo período, o item de alimentação e bebidas subiu 7,61%.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os preços de alimentos básicos aumentaram em 13 das 17 capitais pesquisadas em agosto. Nas demais, caiu.

Em São Paulo, a cesta básica custou R\$ 539,95, alta de 2,9% ante julho.

Na pesquisa da entidade, no ano, o preço do conjunto de alimentos necessários para as refeições de uma pessoa adulta aumentou 6,6% e, em 12 meses, 12,15%.

Os supermercadistas têm rechaçado o tabelamento de preços. Eles defendem a retirada de tarifas de importação.

As queixas levaram Bolsonaro a cobrar uma solução tanto do ministro Paulo Guedes (Economia) como da ministra Tereza Cristina (Agricultura).

"Sei que medidas estão sendo tomadas pelo ministro da Economia e pela ministra da Agricultura para nós embasarmos a resposta a esses preços que dispararam nos supermercados", disse o presidente, em uma live nas redes sociais.

Também nesta terça, a ministra admitiu que o preço do arroz está alto no país. Ela, porém, prometeu que o governo conseguirá reduzi-lo. As medidas a serem tomadas não foram explicadas, tanto pela ministra como pelo presidente.

Em reunião ministerial, Tereza Cristina disse ainda que não haverá falta do produto. Ela afirmou que a expectativa é que a safra do arroz seja excelente em 2021.

"O arroz não vai faltar. Agora ele está alto, mas nós vamos fazer ele baixar. Se Deus quiser, teremos uma super-safra no ano que vem", afirmou.

Desde a semana passada, a ministra também anunciou a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para monitorar estoques, safras e preços. O presidente tem pedido informações diárias sobre pedida oscilações nos produtos. **Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A17**

“

Eu tenho apelado a eles [supermercados]. Ninguém vai usar caneta Bic para tabelar nada. Não existe tabelamento. Mas [estamos] pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais para a população seja próximo de zero

Jair Bolsonaro

“

O arroz não vai faltar. Agora ele está alto, mas nós vamos fazer ele baixar. Se Deus quiser, teremos uma super-safra no ano que vem

Tereza Cristalina
ministra da Agricultura

+

BOLSONARO DEFENDE ISENÇÃO DE PEDÁGIO A MOTOS EM NOVAS CONCESSÕES
O presidente disse que solicitou ao Ministério da Infraestrutura que considere a possibilidade de que motociclistas sejam isentos de pagar pedágio nas novas concessões de rodovias federais. Na entrada do Palácio da Alvorada, o presidente disse a simpatizantes que orientou o ministro Tarcísio de Freitas a incluir a isenção nos editais dos próximos leilões rodoviários. "Orientei o Tarcísio a incluir a isenção nos editais dos próximos leilões rodoviários. O presidente tem pedido informações diárias sobre pedida oscilações nos produtos. **Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A17**

Entenda por que a inflação sobre a inflação vem do campo

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Os preços praticados no campo no mês passado mostram por que a inflação atual tem um forte sustentáculo na alimentação. Praticamente todos os produtos estão sendo negociados com valores recordes. Demanda interna e exportações estão por trás dessas altas.

O arroz, um dos principais alimentos básicos, está nessa lista. O preço da saca subiu para R\$ 94 no final do mês passado, segundo análise divulgada pelo Cepea nesta terça (8). As indústrias foram ao campo para refazer estoques, e os produtores seguraram o cereal à espera de novas altas. O resultado é que a média real de preços de agosto superou em 63% a de igual período de 2019.

Além da demanda interna, as exportações atingiram 213 mil toneladas no mês passado, 98% mais do que em agosto de 2019. As importações caíram 43% no período.

O açúcar também está com preços em alta. As indústrias reduziram oferta interna do produto em agosto, e a saca foi a R\$ 84. Os preços médios de agosto superaram em 36% os de igual período de 2019.

A pressão vem do mercado externo devido à quebra de safra na Tailândia e à alta das importações chinesas. No mês passado, o Brasil exportou 3,5 milhões de toneladas de açúcar e de melão, 118% mais que em igual período de 2019.

O boi também escalada a recorde de R\$ 7,9 em São Paulo. A alta de boi e de suínos impulsiona também o preço do frango, que sobe há três meses seguidos. O valor da asinha de frango custa 82% mais do que em agosto de 2019.

Os preços recordes da arroba de boi — R\$ 228 de média — dificultam a situação financeira dos frigoríficos que apenas trabalham para o mercado interno. Além disso, essa alta eleva os custos dos bezerros na compra de bezerros para a reposição de rebanho.

A carne do boi em patamar elevado ajuda a subir e de suínos. O quilo do animal vivo está com valores nominais recordes de R\$ 7,9 em São Paulo. A alta de boi e de suínos impulsiona também o preço do frango, que sobe há três meses seguidos. O valor da asinha de frango custa 82% mais do que em agosto de 2019.

As demandas interna e externa da soja elevam os preços da oleaginosa a patamares já mais atingidos antes. Com o custo da matéria-prima, as indústrias pressionam também o farelo e o óleo. Os consumidores pagam mais para cozinhar, e os produtores de proteínas desembolsam mais para a manutenção de seus animais.

mercado

Reforma mantém aval para militar da ativa atuar no governo

Presença no primeiro escalão gera incômodo nas Forças Armadas; Maia já defendeu PEC para mudar normas

Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA A reforma administrativa proposta pelo Executivo deixa inalterada a regra constitucional que, na prática, permite que militares da ativa entrem no governo. Somente após dois anos em cargos públicos eles são obrigados a passar para a reserva.

A presença de militares em atividade no primeiro escalão gera relatos de incômodo nas Forças Armadas por estabelecer uma relação direta entre a instituição e o governo. O tema também já gerou posicionamentos divergentes entre os generais do entorno do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

APEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa, enviada pelo governo ao Congresso há menos de uma semana, tocou em trecho sobre o tema apenas para reforçar (após uma mudança nas numerações dos incisos) que o militar da ativa pode acumular funções de professor ou na área de saúde caso haja compatibilidade de horários, norma a ser aplicada também a outros servidores.

A proposta reafirma o restante do texto constitucional, ao determinar que o militar da ativa permaneça ligado ao quadro das Forças Armadas caso tome posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária e não eletiva. Durante o período em car-

go público, o militar poderá continuar a ser promovido por antiguidade, e o tempo é contado para a transferência para a reserva.

Só após dois anos nessa situação, de forma contínua ou não, ele fica obrigado a sair da ativa (exceto se o cargo for para profissionais de saúde ou magistrado).

Já o militar que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente fica automaticamente transferido para a reserva, tal como a Constituição já prevê (a exceção para professores e profissionais de saúde também é válida nesse caso).

A presença de militares no governo Bolsonaro é frequente, mas há diferenças de interpretação entre eles sobre a necessidade de se afastar da atividade.

Um exemplo é o ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto, que decidiu passar para a reserva logo após assumir o cargo no Executivo (em fevereiro de 2020).

Já o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, anunciou só há pouco mais de dois meses que deixaria a ativa, após permanecer por quase um ano no cargo.

"Venho de público anunciar que entrarei com o requerimento, em 1º de julho de 2020, solicitando minha transferência para a reserva remunerada, e, por conseguinte, deixarei a instituição que tanto amo desde que ingressei na

Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 8 de março de 1973", disse Ramos em nota na ocasião.

O Palácio do Planalto tem ainda em seus quadros o general da reserva Augusto Heleno, ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional). Além disso, a Secretaria-Geral é comandada por Jorge de Oliveira, oriundo da Polícia Militar.

Continua com um general da ativa no primeiro escalão o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello. Ele assumiu o cargo há três meses, após um período como secretário-executivo da pasta. Há diversos outros casos, inclusive em níveis inferiores.

Outros países adotam legislações mais rígidas contra a presença de militares no governo, de forma a dissociar a atuação das Forças Armadas da administração pública.

Antes da proposta do Executivo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), defendeu que o Congresso deveria discutir uma PEC para evitar militares da ativa em funções gratificadas no Executivo.

"É bom que a gente construa. Não para agora, para não parecer que é contra o ministro A ou B, ou assessor A ou B, mas um pouquinho mais na frente acho que a gente vai ter de aprovar para quem vier para o mundo civil não possa estar na ativa", afirmou o deputado, há

Ministros militares de Bolsonaro

ORIGEM NAS FORÇAS ARMADAS



Walter Souza Braga Netto
(chefe da Casa Civil)
General da reserva do Exército



Augusto Heleno
(chefe da GSI)
General da reserva do Exército



Luiz Eduardo Ramos
(ministro da Secretaria de Governo)
General da reserva do Exército



Eduardo Pazuello
(ministro interino da Saúde)
General do Exército



Fernando Azevedo
(ministro da Defesa)
General da reserva do Exército



Tarcísio de Freitas
(ministro de Infraestrutura)
Capitão da reserva do Exército



Marcos Pontes
(ministro da Ciência e Tecnologia)
Tenente-coronel da reserva da Força Aérea



Bento Albuquerque
(ministro de Minas e Energia)
Almirante da reserva da Marinha



Wagner Rosário
(ministro da CGU)
Capitão da reserva do Exército

ORIGEM NAS PM



Jorge Oliveira
(ministro da Secretaria-Geral)
Major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal

pouco mais de um mês.

"Não é bom. Não é bom para as Forças Armadas, não é bom para o Brasil", disse.

APEC apresentada pelo Executivo na semana passada ainda traz regras para militares interessados em concorrer às eleições. O texto deixa claro que as normas constitucionais para concorrer valem também para os profissionais de estados (atingindo policiais militares e bombeiros).

Quem tiver menos de dez anos de serviço deverá se afastar da atividade para ser considerado elegível. Com mais de dez anos, passará para a inatividade caso seja eleito e diplomado.

Mesmo com essas alterações, o Ministério da Economia deixou militares de fora dos pontos centrais da reforma administrativa. A justificativa é que eles não são servidores públicos.

Os militares das Forças Armadas ganharam de R\$ 1.560,00 a R\$ 14.031,00 (fora gratificações e indenizações). A folha de salários demanda mais de R\$ 26 bilhões em recursos públicos ao ano.

Conforme mostrou a Folha, a presença de militares da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em órgãos do governo cresceu de forma significativa em um ano e meio da gestão Bolsonaro.

Na gestão Bolsonaro, o número de integrantes das três Forças em cargos comissionados aumentou 33%. Em julho deste ano, eram 2.558, em ao menos 18 órgãos, entre elas Saúde, Economia, Família e Minas e Energia.

Ao Ministério da Economia foi perguntado por que militares ficaram fora das alterações centrais da reforma administrativa. Gleisson Rubin, secretário especial adjunto de Gestão, afirmou que o trabalho foi voltado aos servidores civis.

"O foco é a reorganização do serviço público civil. A discussão dos projetos militares teria de ser feita dentro do contexto das mudanças apresentadas", afirmou na quinta (3).

Estabilidade é falso problema, falta avaliar servidor, diz ex-ministro

ENTREVISTA VALDIR SIMÃO

Bernardo Caram

BRASÍLIA O debate em torno da estabilidade do servidor é um falso problema, na avaliação do ex-ministro da CGU (Controladoria-Geral da União) e do Planejamento Valdir Simão.

O advogado afirma que a prerrogativa não é garantia de permanência indefinida no cargo e defende o aprimoramento dos mecanismos de avaliação do serviço público.

Hoje, 0,4% dos servidores federais são desligados no período do estágio probatório. E, após efetivação, não há demissões por mau desempenho.

Responsável pela pasta que cuidava da gestão de servidores no governo Dilma Rousseff (PT), Simão diz concordar com a proposta de reforma administrativa apresentada pelo ministro Paulo Guedes (Economia). Para ele, seria difícil fazer mudanças mais radicais do que as propostas pelo governo Jair Bolsonaro.

O advogado, no entanto, diz ser uma "meia verdade" a afirmação de que o pacote alcança apenas futuros servidores, de posse as novas regras de demissão e avaliação valerão para todos, o que deve gerar ruídos no Congresso.

Sobre o argumento de membros do atual governo de que a gestão petista ampliou gastos, com aumento das contratações de servidores e reajustes acima da inflação, Simão diz que as carreiras foram fortalecidas pelo PT, "mas faltou estruturar melhor, estabelecendo uma remuneração de entrada mais adequada".

O conceito da estabilidade no serviço público é peculiar do Brasil? É um conceito comum em países nos quais a administração pública tem relevância na prestação de serviços. Ao mesmo tempo, é importante para atividades que precisam de alguma proteção contra qualquer tipo de ingerência, para evitar interferência de pessoas que tenham essa possibilidade de interferir.

A estabilidade é importante, é claro que para algumas atividades, o que se convencionou chamar de atividades típicas de Estado e que agora na proposta de reforma do governo é mantido.

É necessário flexibilizar a regra da estabilidade? Sempre houve discussões sobre as contratações das atividades de meio. No governo do PT, discutiu-se muito que atividades de suporte, de apoio, não necessariamente precisariam ser exercidas por servidores públicos com estabilidade. Esse é um conceito moderno, eu concordo que a gente deve reservar a estabilidade às atividades que necessariamente precisam ser exercidas por agentes de Estado.

Essas atividades de suporte podem ser prestadas por contratação direta de servidores de prazo determinado e indeterminado ou, eventualmente, por empresas que prestam serviços de suporte.

A avaliação de desempenho do servidor nunca foi efetivamente regulamentada? Exatamente. A questão da estabilidade é um falso problema. O problema é a falta de avaliação de desempenho. Você tem previsão de demissão de servidor por insuficiência

de desempenho. A Constituição estabelece que a estabilidade não impede a demissão por falta de desempenho, mas você precisa avaliar o servidor. E esse processo de avaliação nunca foi estruturado.

Na Constituição, há a previsão de uma lei complementar [para regulamentar esse ponto], que nunca foi aprovada pelo Congresso. Agora, o que a reforma encaminhada pelo governo propõe é que a regra de avaliação seja introduzida por lei ordinária.

Na reforma, o governo quer que a seleção dos aprovados em concursos dependa de um período de experiência de dois anos. Preocupa-me o fato de o período de experiência ser uma etapa do processo de seleção do futuro servidor da atividade típica de Estado. Por exemplo, um auditor fiscal que lava um auto de infração no período de experiência e vem a ser demitido, esse ato que ele praticou pode ser questionado.

O mais importante é estruturar adequadamente o processo de avaliação. Que seja feito ao fim do período de estágio probatório ou de experiência e, periodicamente, durante o exercício da função. Hoje, falamos de uma avaliação dos três primeiros anos de exercício. E o servidor vai ficar 30 ou 35 anos na carreira. Essa avaliação tem que ser recorrente.

É claro que tem que ser uma avaliação muito bem estruturada para evitar que o servidor seja intimidado a tomar decisões de interesses que não sejam republicanos.

A comissão de avaliação precisa ser transparente, autônoma, com participação da sociedade.



Valdir Simão, 60
Advogado e consultor, foi ministro do Planejamento e da CGU (Controladoria-Geral da União) no governo Dilma Rousseff (PT). Coautor do livro "O acordo de Leniência na Lei Anticorrupção" e autor do "Manual de Sobrevivência do Administrador Público"

As carreiras típicas de Estado, que manteriam a estabilidade, também precisam ser regulamentadas? Hoje não temos um conceito fixo. Quando a gente fala sobre as carreiras típicas de Estado, é claro que vêm à mente as atividades de advocacia pública, fiscalização e controle, Polícia Federal e diplomacia, mas esse conceito deveria vir para o texto [da lei]. O texto é tão detalhado, não teria dificuldade de colocar ali, por exemplo, juiz e Ministério Público. Você precisa dar uma clareza.

É claro que, quando você seleciona carreiras que serão típicas de Estado, isso vai gerar uma grande controvérsia, um

movimento das carreiras que não forem contempladas e vai criar uma resistência ao projeto. Eu acho que esse é um conceito muito importante e precisa ser discutido.

O governo argumenta que não pode alterar regras para membros de outros Poderes, como juízes e procuradores. Concorda com a avaliação? Concordo com o argumento, mas, se o governo não anuncia quais atividades considera típicas de Estado, como ele se coloca numa situação de incompetência para propor ajustes em carreiras de outros órgãos?

Do ponto de vista da preocupação, é válido. E não vai inviabilizar que esse tema seja discutido. O Congresso tem autonomia para que essas carreiras, como juízes e membros do Ministério Público, sejam incluídas na reforma administrativa.

É necessário que o servidor tenha estímulo para se desenvolver dentro da carreira. Não tem condições de o servidor ingressar no cargo com 80% do salário máximo e chegar ao teto depois de alguns anos, perdendo estímulo.

Hoje, no estágio probatório, os órgãos fazem avaliações muito superficiais. De um lado, não querem perder o servidor, ainda que o desempenho dele não seja satisfatório, e, de outro lado, tentam evitar a briga que é gerada depois, porque esses casos acabam judicializados.

O governo acertou na proposta apresentada? Sou favorável ao argumento de que o importante é você ter uma proposta que tenha condições de ser aprovada. Essa foi primei-

ra camada da reforma.

A segunda camada, que são as leis, será ainda mais importante. Acho que a proposta foi na medida. Não adianta colocar algo mais ousado se não houver condições de aprovação.

A proposta apresentada é o que é possível neste momento, foi bastante equilibrada e não daria, na minha opinião, para ser mais do que isso.

Do ponto de vista de impacto, dizer que ao alcançar somente os futuros servidores você facilita a discussão é uma meia verdade. Todo o processo de avaliação de desempenho vai valer para os atuais servidores também.

O governo federal argumenta que a reforma é necessária para segurar o gasto com pessoal, que cresceu fortemente nos governos do PT. Faltou à gestão petista mudar essas regras ou o tema era sensível para a pauta trabalhista? As carreiras foram fortalecidas na gestão do PT. Mas faltou estruturar melhor, estabelecendo uma remuneração de entrada mais adequada — as remunerações iniciais são, de fato, muito altas — e critérios meritocráticos para a progressão.

Esse tipo de discussão sempre foi sensível, e continua. É importante dizer que muito foi feito sob a ótica do controle da folha de pagamento do governo federal, para eliminar distorções. Foi implantado em 2016 um modelo de monitoramento de políticas públicas e da despesa com pessoal.

Muitos cargos em comissão e funções gratificadas foram cortados. Mas ainda há ajustes a serem feitos.

O arroz com feijão e Bolsonaro

Dólar, exportação, auxílio emergencial e problemas em certos mercados explicam carestia

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O dólar subiu, o Brasil está exportando muito grão, houve tropeços nos mercados de alguns produtos e, novidade da calamidade, pode ser que o povo miúdo esteja comendo mais com o dinheiro auxílio emergencial. Mas há ruídos de que talvez esteja acontecendo alguma coisa esquisita em alguns mercados, de soja, milho e arroz em particular.

Gente do agronegócio conta que há criadores e indústrias importando grão a preço mais alto do que o das exportações. Sim, podem ocorrer turbulên-

cias em alguns cantos do país. Mas, em tese e em geral, não faz sentido que se exporte a preço menor do que seria possível obter aqui dentro. No entanto, é gente do ramo que aponta o problema, reclamando da inexistência de um regulador eficaz de estoques.

Jair Bolsonaro, que é do ramo da demagogia, sentiu a panela esquentando e tenta tirar o corpo fora com uma mistura de ignorância com oportunismo. Pedir "patriotismo" aos comerciantes (como pediu ao mercado financeiro) e que os

supermercados vendam comida a preço de custo. Nada disso funciona no que interessa, mas a propaganda pode evitar algum desgaste político.

Inflação da comida rodando a mais de 9% ao ano costuma lascar um pouco da popularidade de governantes. A "inflação do tomate" (dos alimentos em geral, na verdade) em março de 2013 foi um dos motivos do mau humor que contribuiria para o clima ruim que explodiria enfim em junho de 2013.

Em abril do ano passado,

um motivo da irritação com Bolsonaro pode ter sido a inflação de alimentos rodando também a 9%. No entanto, o preço da comida sobe a essa velocidade praticamente desde maio. O prestígio de Bolsonaro cresceu desde então.

Ainda não há dados suficientes para estimar a causa do aumento da comida, que se concentra em arroz, em alta recorde de 15 anos, feijão, leite, soja, aves e ovos, na farinha de trigo e, mais recentemente, na batata.

A alta do dólar deve ser um

motivo forte —afeta qualquer produto "comercializável" no exterior. A inflação geral dos comercializáveis é quase o dobro da inflação geral. Em 40 anos, a inflação no atacado e no varejo jamais foi tão dispar.

Há problemas em alguns mercados. A área plantada do arroz diminuiu, por causa de preços ruins no passado. Segundo análise do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura da USP, a Esalq, os produtores de arroz ainda seguram estoques a fim de esperar preço ainda melhor, o que acontece também com o milho.

A demanda mundial está forte. A quantidade de soja exportada pelo Brasil neste ano até agosto foi quase 34% maior que a do ano passado; a de arroz, 163%.

No caso de laticínios, os produtores não fizeram estoques

bastantes em abril, como é de costume, diz a análise do Cepea. Dada a pandemia, a perspectiva era de consumo reduzido. Não foi o que aconteceu.

O faturamento nos supermercados era no início de setembro 18% maior que em fevereiro, imediatamente antes do choque do vírus, pelos dados das vendas com cartões, da Gelo. Parte disso foi substituição de alimentos que deixaram de ser consumidos fora de casa. Parte pode ter sido aumento de consumo das pessoas que mal comiam ou comiam mal antes do auxílio de R\$ 600.

Em suma, a carestia parece se dever à conjunção de mercado mundial quente, real desvalorizado, problemas técnicos em alguns mercados e aumento de consumo doméstico. É terrível e espantoso que o fato de o povo comer um pouco mais tenha efeito na inflação de alimentos. vinicius.torres@grupofolha.com.br



FRANÇÊSES PROTESTAM CONTRA POSSÍVEL VENDA DE COMPANHIA

Funcionários da Suez durante manifestação contra planos de proposta de aquisição pela Veolia, na sede da empresa, em La Défense, distrito financeiro nas imediações de Paris. Gonzalo Fuentes/Reuters

Em aceno a Marinho e Alcolumbre, Bolsonaro amplia a Codevasf

Daniel Carvalho e Fábio Pupo

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez um aceno duplo ao sancionar projeto de lei que amplia a área de atuação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Com uma canetada, agradeceu ao ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, pasta à qual a companhia está atrelada, e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), político de um dos estados contemplados e autor do texto.

A proposta foi sancionada na tarde desta terça-feira (8) em uma cerimônia com participação de Bolsonaro e Alcolumbre, embora não tenha aparecido na agenda oficial de nenhum dos dois. A sanção deve ser publicada no "Diário Oficial da União" desta quarta-feira (9).

O comunicado divulgado pela Secretaria-Geral da Presidência da República não fala em vetos. Fontes familiarizadas com o texto no Palácio do Planalto e no Senado também informaram que não houve vetos.

Pelo texto, a área de atuação da Codevasf passa a incluir as bacias hidrográficas dos rios Araguaia (AP), Araguaia (MG), Jequitinhonha (MG), Mucuri (MG) e Pardo (MG) e as demais bacias hidrográficas e litorâneas dos estados de Amapá, Amazonas e Pará.

Criada em 1970, a companhia é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional e atuava, até agora, nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumá, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Pará, Tocantins e no Distrito Federal.

Também faziam parte de sua alçada as demais bacias hidrográficas e litorâneas dos estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe. Críticos da proposta argumentam que a inclusão de bacias de novos estados vai gerar novos custos, já que a lei diz que a Codevasf poderá instalar e manter órgãos e setores de operação e representação nos estados.

No início das discussões, o Ministério da Economia tinha um posicionamento contrário à proposta, mas mudou de opinião ao longo da tramitação

do texto. A pasta informou que não recomendou veto.

O Palácio do Planalto diz que "a sanção presidencial permitirá a inclusão das bacias no campo de abrangência da Codevasf, com a intenção de permitir a integração entre regiões hidrográficas, possibilitando o aproveitamento racional e a utilização dos recursos hídricos disponíveis".

O Executivo afirma também que a medida também irá promover ações preventivas e corretivas em face de impactos ambientais.

"As ações de revitalização dessas bacias visam à recuperação e à preservação dos recursos naturais, com a finalidade de aprimorar as condições socioambientais das áreas, implantar procedimentos de saneamento básico, entre outras ações no combate a efeitos diversos", diz o texto desta terça-feira.

O projeto foi apresentado por Alcolumbre no ano passado. Na justificativa da proposta que contempla seu estado, o presidente do Senado argumentou que a inclusão de novas bacias "possibilitará maior desenvolvimento regional por meio do aproveitamento e utilização racional dos recursos hídricos disponíveis, que podem contribuir de maneira significativa para a geração de empregos, renda, e consequentemente movimentar economicamente a região".

Desde o ano passado, a Codevasf é comandada por Marcelo Andrade Moreira Pinto, indicado pelo então líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA).

Líderes veem chance de veto à desoneração da folha cair

Base diz que Bolsonaro pode apoiar derrubada em troca de reformas

Iara Lemos, Daniel Carvalho e Danielle Brant

BRASÍLIA Líderes partidários da base do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no Senado dizem acreditar que há chance de governo apoiar a derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento. Desde julho, senadores deram início a uma articulação para manter o benefício fiscal. A desoneração, que atingiria 17 setores até o fim de 2021, foi barrada por Bolsonaro.

A medida permite a substituição da alíquota de 20% sobre salários por recolhimento de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da empresa beneficiada. Os valores são referenciados à contribuição previdenciária.

Líderes da base de Bolsonaro dizem que nos próximos dias irão trabalhar para mostrar aos colegas que o governo apoia a derrubada do veto como um "reconhecimento pela necessidade de geração de emprego e renda" no contexto do pós-crise da Covid-19.

Desde o início das negociações, eles admitem que o governo não tem vetos para manter o veto. A sessão do Congresso para análise do tema deverá ocorrer na quarta

(16). A convocação deverá ser feita ainda nesta quarta (9).

Em troca, o governo deve pedir aos congressistas que votem as reformas administrativa e tributária. "O governo concorda que precisa disso [derrubada do veto], sabe que as empresas precisam se planejar. É mais um reconhecimento do próprio governo de admitir que é importante a geração de emprego e ver os sinais da economia", disse o vice-líder do governo no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF).

O governo também deverá colocar nas negociações com os congressistas a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Pacto Federativo e a PEC Emergencial, ambas relacionadas pelo senador Márcio Bitar (MDB-AC). Ele esteve nesta terça com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, os técnicos estão afinando a proposta que será entregue, o que deverá ocorrer ainda nesta semana.

Embora o Palácio do Planalto negue que haja acordo, os líderes governistas dizem que a estratégia ficou definida na tarde desta terça-feira (8).

A decisão foi tomada após uma reunião em que participaram também o presidente

do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) —que também preside o Congresso—, e os líderes do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), e no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Mesmo com o veto de Bolsonaro à prorrogação, a palavra final cabe ao Congresso, que pode derrubar a decisão presidencial com o voto de pelo menos metade dos deputados federais e dos senadores.

"Vamos derrubar o veto e tocar para a frente. O governo tem de ter sensibilidade e entender que neste momento essa questão da folha é fundamental para os empregos e isso deve ter todo o valor para o governo concordar [com o veto]", disse o líder do PR no Senado, Jorge Mello (SC).

Para o vice-líder do partido na Casa, Chico Rodrigues (DEM-RR), a decisão do governo de apoiar a derrubada é uma prova de preocupação com o cenário econômico.

"O governo está fazendo o que é possível e melhor para o país, e o Congresso entende que as reformas são o melhor para o desenvolvimento econômico. Política se faz com avanços e recuos". Durante os últimos meses,

Guedes manifestou aos integrantes da base que o governo tem interesse de manter a desoneração. A grande dificuldade, contudo, seria encontrar as formas de compensação.

Na Câmara, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também trabalha pela derrubada do veto. A interlocutores ele disse que considera que a proposta do governo de editar uma MP (medida provisória) prorrogando a desoneração por seis meses "não é uma proposta" e já adiantou que qualquer acordo que tenha prorrogação inferior a um ano estaria descartado.

Atualmente, a desoneração abrange empresas do ramo de informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, call center e empresas de comunicação.

Segundo a indústria, a desoneração busca evitar um elevado aumento de custo do emprego formal em setores que fazem uso intensivo de mão de obra no fim do ano.

A desoneração permite às empresas adotar uma base de cálculo diferenciada para a contribuição previdenciária sobre a folha salarial. O benefício acaba em dezembro.

“A sanção presidencial permitirá a inclusão das bacias no campo de abrangência da Codevasf, com a intenção de permitir a integração entre regiões hidrográficas, possibilitando o aproveitamento racional e a utilização dos recursos hídricos disponíveis

Palácio do Planalto em comunicado

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 08 de Setembro de 2020 - 23:00

Atividade industrial mantém trajetória de recuperação, diz CNI



Em julho, a atividade industrial continuou em trajetória de recuperação, passando a reverter parte da queda acumulada em março e abril, segundo dados dos Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentados nesta terça-feira (8). Faturamento real, horas trabalhadas na produção e Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentaram pelo terceiro mês consecutivo.

Segundo o balanço, o faturamento real da indústria aumentou 7,4% em julho, considerando a série dessazonalizada, acumulando alta de 34,5% nos últimos três meses. Com, isso, o faturamento está 1,7% menor que o registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia. As horas trabalhadas na produção aumentaram 4,5% em julho, totalizando uma alta de 20,9% nos últimos três meses.

Mesmo assim, o total de horas trabalhadas ainda está 7% abaixo do apurado em fevereiro. O índice de horas trabalhadas na produção encontra-se 7% abaixo do patamar de fevereiro. No acumulado do ano o indicador apresenta queda de 9% em relação a igual período do ano anterior, segundo a Agência Brasil.

A Utilização da Capacidade Instalada aumentou 2,9 pontos percentuais em julho, um acumulado de 8,8 pontos percentuais nos últimos três meses, saindo de 66,6% para 75,4%. Esse percentual, no entanto, ainda é 3,4% menos do que o registrado em fevereiro, antes da pandemia.

No mês passado, o emprego industrial ficou próximo da estabilidade, ao registrar queda de 0,2%. Nos meses anteriores, o emprego havia recuado com mais força: queda de 0,4% em março, 2,1% em abril e 0,6% em maio. Desde fevereiro, o indicador acumula queda de 3,5%. Na comparação do acumulado de 2020 (até julho) com os primeiros sete meses de 2019 o emprego registra queda de 2,6%.

A massa salarial paga aos trabalhadores da indústria caiu 1,7% no mês na série dessazonalizada. A queda ocorre após crescimento de 9,4% em junho, que havia sido

influenciado, segundo a CNI, pelas condições excepcionais de término de alguns acordos de suspensão ou redução da jornada de trabalho e salário. A massa salarial acumulada em 2020 até julho é 6,1% inferior a igual período de 2019.

O rendimento real pago aos trabalhadores da indústria caiu 2,4% em julho, revertendo parcialmente o crescimento do mês anterior, que também tinha sido resultado do fim de parte dos acordos de suspensão e redução de jornada de trabalho e salário. No acumulado do ano de 2020 até julho, o rendimento médio real é 3,6% inferior em relação ao mesmo período de 2019.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 08 de Setembro de 2020 - 20:20

Exportação de carne do Brasil aumenta 12% no ano até agosto

As exportações brasileiras de carne bovina aumentaram 12% no acumulado do ano até agosto, passando para cerca de 1,3 milhão de toneladas, com impulso de importações pela China, que elevou em 65,8% as compras no mesmo período, informou nesta terça-feira (8) a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo).

Os chineses, que ampliaram compras diante da redução da oferta de proteína animal por impactos da peste suína africana em seu plantel, responderam por 62,4% de toda a carne bovina exportada pelos brasileiros no ano até agosto, disse a Abrafrigo, com base em dados do governo brasileiro, de acordo com a Agência Brasil.

O cálculo leva em consideração o produto que entra pela China continental (530.458 toneladas) e pela cidade-estado de Hong Kong (212.261 toneladas), informou, em nota, a associação. Depois da China, o segundo maior cliente do Brasil foi o Egito, que importou 91.529 toneladas de janeiro a agosto, com queda de 25,4% na comparação anual.

O Chile veio na terceira posição com 50.360 toneladas adquiridas (-34,2%), enquanto a Rússia ficou com a quarta posição com 43.177 toneladas (-4,6%).

Na quinta posição estão os Estados Unidos, que elevaram as compras em quase 40%, para 34.502 toneladas. Na sexta posição, as Filipinas, com 25.660 toneladas (+23,4%), e, na sétima, os Emirados Árabes, com 25.595 (-58,2%).

A Abrafrigo informou ainda que o Brasil registrou, em agosto, novo recorde de exportações para o mês, com um total de 191.141 toneladas de carne (in natura e processada), com a China levando 108 mil toneladas.

A receita em agosto alcançou US\$ 753,2 milhões, com alta de 19% em relação ao mesmo mês de 2019. No ano, o faturamento atingiu US\$ 5,4 bilhões, com crescimento de 23%.

POLÍTICA

Publicado em 08/09/2020 às 17h35.

Projeto cria imposto sobre grandes fortunas com alíquota de 2,5%

Imposto incidiria sobre o valor de bens de quem tem patrimônio líquido superior a R\$ 50 milhões

Redação



Fotos: Marcelo Casal Jr / Agência Brasil

Agência Câmara de Notícias

O Projeto de Lei Complementar 215/20 institui o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), com alíquota de 2,5% sobre o valor dos bens de pessoas físicas ou jurídicas que tenham patrimônio líquido superior a R\$ 50 milhões. O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

O novo imposto se aplica a imóveis para uso pessoal como residência ou lazer com valor acima de R\$ 5 milhões; veículos que custem mais de R\$ 500 mil; embarcações com valor superior a R\$ 1 milhão e aeronaves com valor maior que R\$ 5 milhões. Para fins de enquadramento no IGF, serão usados os valores dos bens declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil.



Autor do projeto, o deputado Paulo Guedes (PT-MG) lembra que o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) está previsto na Constituição, mas até o momento não foi regulamentado.

De acordo com o texto, a alíquota poderá ser reduzida para 1,75% caso os proprietários, espontaneamente, declarem a fortuna e os valores do bens. Nesse caso, eles poderão escolher quais projetos serão beneficiados com os recursos arrecadados.

“A possibilidade de redução da alíquota e a escolha do projeto a ser beneficiado são estímulos à autodeclaração, ao crescimento da consciência da cidadania”, disse.

Se os valores dos bens não forem informados, além de aplicar a alíquota maior, a autoridade administrativa utilizará o valor de mercado ou o arbitrado por autoridades estaduais e municipais em relação a imóveis urbanos ou veículos.

A Câmara dos Deputados já analisa outros projetos que sugerem a taxação de grandes fortunas.



MAIS NOTÍCIAS

POLÍTICA 07h20 de 09/09/2020

José Dirceu passa por cirurgia para tratar tumor no rim

Petista deve ter alta nesta quarta-feira (9)

Alimentos pesam, apesar de inflação comportada

Alimentação no domicílio avançou 10,1% em um ano e ganhou importância no consumo das famílias

Por Rafael Rosas e Bruno Villas Bôas — Do Rio

09/09/2020 05h00 · Atualizado há uma hora





Braz: "Muita coisa que caiu de preço não faz parte da realidade dos mais humildes" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Os índices de inflação têm apresentado uma alta de preços "comportada" nos últimos meses, fruto de uma clara retração econômica causada pelo isolamento social. Hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga o **IPCA de agosto** e, até julho, a inflação acumulada pelo índice em 2020 é de 0,46%. No Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o Índice de Preços ao Consumidor acumula alta de 1,58% no ano até agosto.

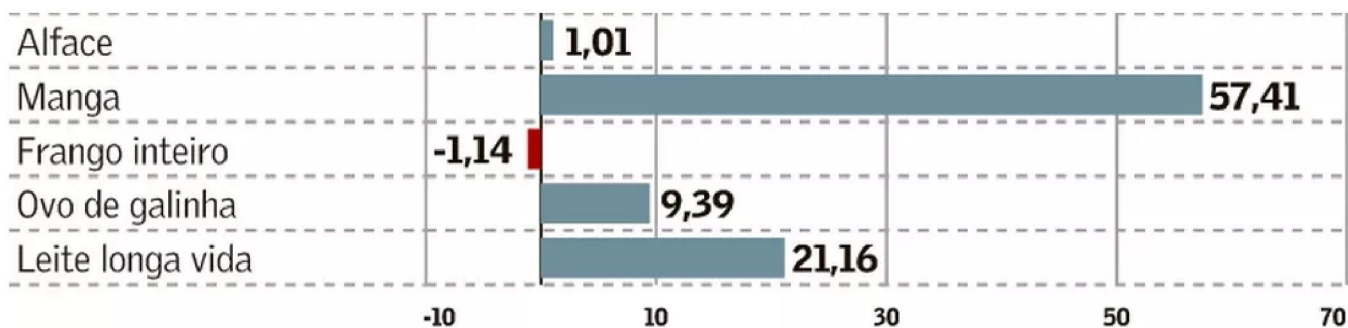
Mas essa faceta "comportada" não vem sendo notada por muitos consumidores. Fatores como o avanço de preços de produtos mais consumidos na pandemia, como os alimentos, e a queda de preços de produtos menos consumidos ou até mesmo não consumidos devido ao isolamento social - como passagens aéreas - têm causado um descasamento entre os índices de inflação e a percepção do consumidor, que hoje compra alimentos 10,1% mais caros que há um ano.

O peso no bolso

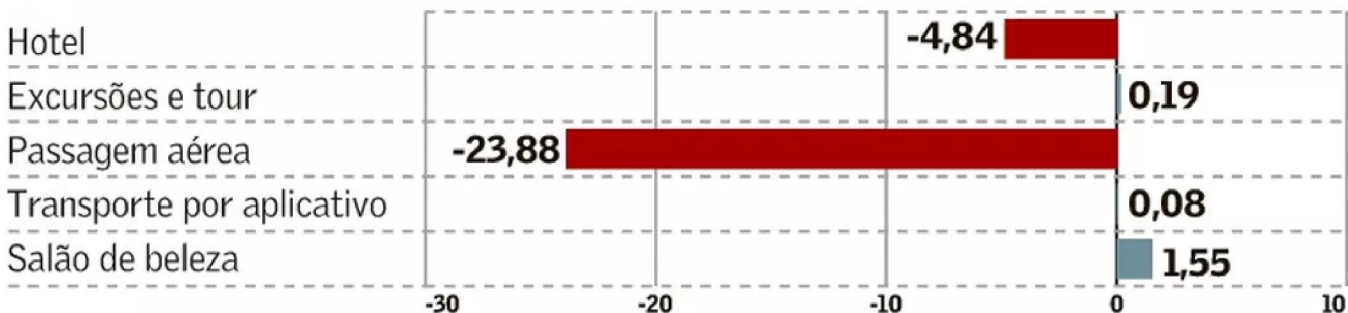
Preços de alimentos e serviços têm comportamento divergente

■ Alimentos seguem em alta no IPC-DI - no ano, em %

IPC-DI	1,58
Arroz	20,48
Feijão preto	41,39
Farinha de trigo	11,52
Batata-inglesa	7,92
Cebola	52,79
Açúcar cristal	11,34



■ Mas serviços seguem comportados - no ano, em %



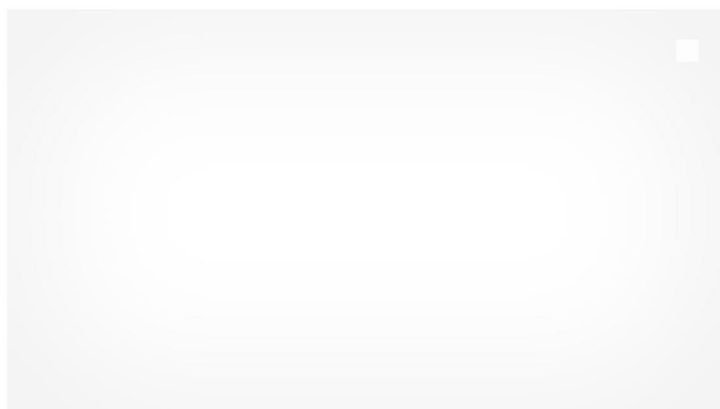
Em 12 meses,

os preços de alimentação no domicílio estão em alta de **10,1%**

Fonte: FGV Ibre

Para Eduardo Zilberman, professor da PUC-Rio, a atual distância entre as prateleiras e os índices de preços está diretamente relacionada com mudanças de hábitos de consumo durante a pandemia. Segundo ele, bens mais demandados sofreram aumento de preços nas últimas semanas por diferentes fatores. "As famílias passaram a consumir mais alimentos dentro de casa na pandemia. Mas esse peso maior no orçamento das famílias não é acompanhado nos índices de preços, que são formados a partir de cestas de consumo de anos anteriores."

PUBLICIDADE



O IPCA, a inflação oficial do país, é medida com base na cesta de consumo das famílias de 2017/2018. Essa cesta é atualizada apenas a cada cinco a dez anos e continua, portanto, sendo a referência para o IPCA durante a pandemia. Se no “mundo real” os alimentos comprados no supermercado passaram a ser mais consumidos pelas famílias, eles ainda respondiam 13,5% no IPCA de julho, praticamente o mesmo do que o registrado em fevereiro (14,1%).

“Essa sensação de alta dos preços pelos consumidores é, portanto, completamente explicável por causa da covid-19”, diz Zilberman. “Com a reabertura da economia, vamos precisar acompanhar como os preços passam a se comportar, principalmente os de serviços”, acrescenta o professor.

Para André Braz, coordenador do IPC do Ibre/FGV, itens como habitação e vestuário estão com taxas de inflação muito baixas em 2020 e muitos serviços livres praticamente não têm subido. Em todos os casos, a queda de consumo durante a pandemia é responsável por segurar os preços. “Esses itens servem de âncora para a inflação”, diz ele. Em compensação, lembra, os preços de alimentação no domicílio avançam na casa dos 10% em 12 meses. “E a inflação percebida é muito ligada a alimentos”, acrescenta.

Braz afirma que a pandemia levou a uma perda maciça de empregos, o que reduziu a diversificação de cestas de consumo, principalmente das classes mais empobrecidas, deixando os gastos muito concentrados em alimentos, “para garantir o sustento da família”. “Muita coisa que caiu de preço não faz parte da realidade dos mais humildes e exatamente o que está na realidade dos mais pobres é o que mais avançou”, ressalta.

Braz lembra ainda que, no caso da classe média, também há a percepção de aumento dos produtos consumidos, mas a renda antes destinada para atividades como viagens e outras formas de lazer acaba sendo apropriada como poupança. Ele destaca que a taxa de captação de poupança aumentou bastante porque o dinheiro que era destinado a despesa com lazer e consumo com duráveis acabou virando poupança. “Isso porque a classe média não sabe exatamente quais serão os efeitos da pandemia em sua própria atividade, porque muita gente não perdeu o emprego,

mas ainda pode perder. Então o indivíduo acumula um pouco exatamente para driblar melhor os desafios dos meses à frente.”

Na semana passada, o IBGE mostrou, durante a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, que a taxa de poupança bruta subiu para 15,5% do PIB entre abril e junho, frente a 13,7% do PIB em igual período de 2019. Foi a primeira vez que a taxa subiu num segundo trimestre desde 2013. O avanço levou a poupança a ultrapassar a taxa de investimento, que ficou em 15% do PIB entre abril e junho. Foi a primeira vez que a taxa de poupança superou a de investimento desde o segundo trimestre de 2017 e, antes disso, só em 2008.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, acrescenta que produtos eletrônicos também acabaram com preços pressionados durante o período de isolamento social. Segundo ele, é um efeito combinado de maior demanda dos consumidores com encarecimento do câmbio.

Dados do IPCA-15, prévia da inflação, mostram aumento de 10,68% no preço do televisor no acumulado do ano até agosto. No caso do computador pessoal, esse aumento foi de 15,74%. Como são compras mais pontuais, porém, a percepção dos consumidores sobre a flutuação desses preços pode ser menos nítida. “Gastos que as famílias tinham com serviços e viagens, por exemplo, foram reduzidos e acabaram sendo direcionados para esses itens, necessários duramente o isolamento social”, diz o economista, acrescentando que parte do aumento desses preços pode ter a ver a com a renda do auxílio emergencial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

Bolsonaro pede margem de lucro perto de zero a mercados e cogita facilitar importação de arroz

Presidente diz que fez apelo ao setor, mas que “ninguém vai usar a caneta Bic para tabelar nada”

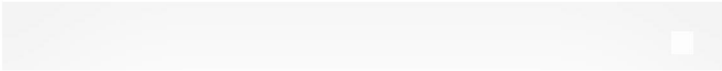
Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

09/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem ter feito “um apelo” aos donos de supermercado para que a margem de lucro sobre os produtos essenciais seja próximo de zero. A preocupação de Bolsonaro com a alta dos alimentos da cesta básica pode levar o governo a suspender a tarifa de importação do arroz de países de fora do Mercosul.

Amanhã à tarde, Bolsonaro recebe o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Sanzovo Neto, ao lado do ministro Paulo Guedes.

O presidente pediu “patriotismo” aos empresários na semana passada, depois que a Abras emitiu nota relatando uma pressão dos preços dos alimentos no atacado.



Ontem, ele tocou novamente no assunto durante encontro com médicos pró-cloroquina, no Palácio do Planalto. O comentário surgiu quando Bolsonaro disse que, se não fosse o auxílio emergencial pago a pessoas vulneráveis, “poderíamos ter seríssimos problemas sociais no Brasil”.

“Tenho conversado com alguns donos de grandes redes de supermercados desde a semana passada, com o presidente da associação também dos supermercados, fazendo um apelo. Nós criamos aí o auxílio emergencial para exatamente poder dar oportunidade para o pessoal que perdeu emprego comer”, afirmou. “Então, tenho apelado para eles, ninguém vai usar a caneta Bic para tabelar nada, não existe tabelamento, mas pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais nos supermercados seja próximo de zero.”

A alta do preço do arroz, e da cesta básica em geral, mexe diretamente com o público mais pobre, no qual a popularidade do presidente avançou nos últimos meses devido ao auxílio emergencial.

“Outras medidas estão sendo tomadas pelo ministro da Economia bem como pela ministra Tereza Cristina para nós, o mais rápido possível, darmos uma resposta a esses preços que dispararam no supermercado”, afirmou.

Segundo uma alta fonte do Planalto, o presidente avalia suspender a Tarifa Externa Comum (TEC) aplicada ao produto importado dos países de fora do Mercosul. Hoje, essa tarifa está em 12% para o produto beneficiado e 10% para arroz com casca. A medida tem forte oposição do setor agrícola.

Segundo essa fonte, o assunto será decidido antes da reunião do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), na sexta-feira.

Bolsonaro disse também que, se os produtores tivessem ficado em casa, obedecendo a recomendação de isolamento social, os preços estariam ainda mais altos e o país viveria um caos social.

Ele disse ainda acreditar que com a nova safra de arroz, a “ser colhida em dezembro, janeiro, [...] a tendência é normalizar o preço”. Porém, 70% da produção nacional de arroz é no Rio Grande do Sul, e a colheita só começa em fevereiro. Os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás começam suas colheitas em janeiro, mas com impacto menor sobre as cotações do produto.

Mais cedo, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, havia sido questionada pela “repórter mirim” Esther Castilho, de 10 anos, sobre se os preços do arroz cairiam.

“O arroz não vai faltar”, respondeu a ministra. “Agora ele tá alto, mas nós vamos fazer ele baixar. Se Deus quiser, vamos ter uma supersafra ano que vem.”

A menina foi levada pelo presidente à sala onde ocorreria uma reunião ministerial no Palácio do Planalto. E foi incentivada por ele a fazer perguntas aos ministros, algumas das quais ele mesmo sussurrava no ouvido da criança.

Nessa “entrevista”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, previu que os preços do gás de cozinha cairão até 30% após a aprovação da Lei do Gás, atualmente em tramitação no Congresso.

Esther perguntou se o preço do gás iria cair, mas ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que passou a bola ao colega.

“Pergunta para o Paulo Guedes”, respondeu Albuquerque.

Guedes, por sua vez, previu um “choque de energia barata” com a aprovação da lei. “Com a ajuda do ministro Bento, nós estamos aprovando a lei do gás natural. E aí vai haver um choque de energia barata. Esperamos que o gás caia, 20%, 30% pelo menos”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

Capitais são contra unificação de ISS e ICMS

Secretários da Fazenda criticam criação do IBS e defendem regras fiscais uniformes e mais simples

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

09/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os secretários de Fazenda das 26 capitais estaduais assinaram carta em que se manifestam contra a unificação do ISS ao ICMS e a outros tributos dentro de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Com apoio dos governos estaduais, esse modelo de IBS é proposto na PEC 45 e na PEC 110, que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente.

Em lugar da instituição de um IBS, a carta, encaminhada pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), defende mudanças tributárias para a uniformização e simplificação das regras fiscais do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com padronização de obrigações acessórias e a união dos cadastros tributários de prefeituras, Estados e União.

Batizada de “Simplifica já”, a proposta deverá ser apresentada hoje em reunião da comissão mista da reforma tributária, formada para criar uma proposta que unifica as duas PECs. A expectativa do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão mista, é que o relatório da nova proposta seja apresentado no dia 30 deste mês e votado no dia 7 de outubro. As duas PECs propõem que o IBS seria um novo imposto sobre consumo de âmbito nacional que substituiria pelo menos cinco tributos: os atuais ICMS, ISS e também os federais PIS, Cofins e IPI.

Segundo o secretário de Finanças de Curitiba, Vitor Puppi, a proposta das capitais é pela unificação dos 27 legislações de ICMS para apenas uma, nacional. “O crédito do imposto seria financeiro, ou seja, depende do imposto efetivamente recolhido na operação anterior, a fim de evitar fraudes.”

A proposta também defende, diz ele, a simplificação do ISS de 5.570 municípios para apenas um, nacional, com alíquotas únicas a serem escolhidas pelos municípios, sempre entre 2% e 5%. Os municípios preservariam a competência tributária atual para arrecadação do ISS, e os Estados, para a do ICMS.

Segundo a carta, nem a União nem os Estados podem invadir a competência tributária dos municípios, “efeito colateral irremediável” das PECs 45 e 110. “Seria desastroso para o país sujeitar os municípios a fundos de compensação ou a comitês de governança fadados ao conflito e ao insucesso. A centralização de recursos e a transformação dos municípios em autarquias subnacionais não são saudáveis nem convenientes à nação.”

Não é a primeira vez que prefeituras se manifestam contra o IBS. Estudo feito no ano passado a pedido da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) indicava que a unificação dos tributos sobre consumo no IBS poderia trazer perda de arrecadação de R\$ 106 bilhões ao agregado dos municípios num período de dez anos.

A perda aconteceria porque a parcela da arrecadação do IBS a que os municípios fariam jus teria um crescimento projetado menor do que o ISS, cuja arrecadação pertence hoje integralmente aos municípios. Segundo as prefeituras, a base do ISS deve crescer a taxas maiores que o a do IBS como um todo.

Uma das bases do estudo foi a evolução de arrecadação de 2009 a 2018 dos cinco tributos que a PEC 45 quer juntar. O que apresentou maior taxa de crescimento foi o ISS, com alta real (descontada a inflação) média anual de 4,26%. O ICMS, com a segunda maior taxa de crescimento, aumentou 2,52% ao ano. O IPI chegou a ter queda real de 1,83% ao ano.



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

Estabilidade não evitou corrupção no Estado

“Pedalada fiscal” é exemplo de interferência

09/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Preocupados com a interferência partidária na gestão de políticas públicas, os constituintes consagraram na Constituição de 1988 a estabilidade dos funcionários públicos no emprego. O ambiente em que o assunto foi debatido não poderia ser pior. O país vivia grande efervescência política, partidos de esquerda e entidades da sociedade civil saíram da clandestinidade - a UNE (União Nacional dos Estudantes) foi legalizada em cerimônia no Palácio do Planalto - e a imprensa respirava ares mais democráticos.

Estávamos no governo de José Sarney (1985-1990), o primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar. O momento era de transição de regime, uma vez que Sarney fora o vice da chapa eleita pelo Congresso Nacional. Tancredo Neves, o cabeça de chapa, adoeceu na véspera da posse (15 de março de 1985) e não assumiu, vindo a falecer em 21 de abril.

“Pedalada fiscal” é exemplo de interferência

Pausa para o cafezinho: Tancredo não tomou posse, mas, oficialmente, sim; ele foi o primeiro presidente da Nova República. Sua eleição resultara de acordo firmado entre os generais e a oposição, na ocasião liderada pelo então deputado Ulysses Guimarães. Este os militares não admitiam que assumisse a Presidência na

transição, por isso, rejeitaram a possibilidade de eleição direta naquele momento. No fim, a candidatura da oposição era encabeçada por um integrante da chamada resistência democrática (Tancredo, do PMDB) e por um prócer da ditadura (Sarney). Com a impossibilidade de posse de Tancredo, generais da linha-dura quiseram impedir que Sarney tomasse posse. Por pouco, o epílogo do regime militar não foi postergado...

Com a liberdade que lhe foi suprimida durante longos 21 anos, a imprensa cumpriu papel crucial no início da Nova República. Brasileiros tomaram conhecimento todo dia pelos jornais, canais de televisão e rádios de casos de corrupção. A impressão, absolutamente equivocada, era a de que, num governo civil, isto é, no regime democrático, a corrupção grassa com desprendimento.

A resposta dos constituintes foi estabelecer na lei máxima do país o direito de todos os funcionários, e não apenas dos ocupantes de carreiras típicas de Estado (diplomata, auditor da Receita Federal, funcionário do Banco Central, juiz, procurador etc), à estabilidade no emprego. Esta vale, portanto, para servidores da atividade-meio dos órgãos públicos e prestadores de serviço (segurança, limpeza etc).

Além da estabilidade, a Constituição premiou o funcionalismo com o direito à aposentadoria integral e à paridade, que garante a aposentados os mesmos reajustes salariais de quem está na ativa. A aposentadoria integral foi extinta pela reforma proposta pelo governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) e regulamentada pela gestão Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016).

A Carta Magna prevê a demissão de funcionários estáveis, mas todos sabemos que isso só ocorre em casos de comprovado envolvimento do servidor com corrupção.

A estabilidade assegurada após estágio probatório de dois anos é privilégio e não direito adquirido ou benefício concedido por mérito. Estabilidade deveria ser conquistada ao longo da carreira, cumpridos critérios objetivos de desempenho.

A pergunta que não cala é a seguinte: a estabilidade no emprego evitou a corrupção e a interferência de inquilinos do poder em políticas típicas de Estado? A resposta é não.

Duas instituições de excelência viveram, recentemente, situações de interferência política, sem que tenham reagido a tempo de evitar os problemas decorrentes da ação governamental. Foi no caso das chamadas “pedaladas fiscais”, expressão cunhada pelo jornalista e colunista Ribamar Oliveira, do **Valor**, para a prática irregular usada pelo governo Dilma Rousseff.

A pedalada consiste no seguinte: em vez de transferir aos bancos federais recursos orçamentários para o pagamento de programas federais, o governo ordenou que as instituições bancassem essas despesas; agindo dessa forma, o então Ministério da Fazenda escondia a verdadeira dimensão do déficit das contas públicas, uma vez que esses pagamentos não apareciam como despesa primária; por conseguinte, isso lhe permitia gastar mais, com vistas a melhorar o desempenho da economia, o que por sua vez atenderia ao objetivo político de reeleição da presidente em 2014.

Essa manobra foi realizada durante dois anos. O distrito público só tomou conhecimento da verdadeira situação das finanças governamentais depois do período eleitoral, em novembro de 2014. Num seminário promovido em São Paulo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, mostrou tabela com os “novos” números do déficit fiscal. Este saltou de 3% para 7% do PIB.

Como até o dia anterior, o conhecido eram os 3%, um ilustre integrante da mesa daquele evento - o ex-ministro e ex-deputado Delfim Netto - comentou ao ouvido do titular desta coluna: “O Guido errou. O número não é esse”. Infelizmente, tendo tomado conhecimento do valor correto um dia antes, o colunista disse: “Está certo, ministro, é isso mesmo”. Delfim fez silêncio por um instante, olhou para Mantega e comentou baixinho, com seu forte sotaque paulistano-italiano: “Eles quebraram o país”.

Pano rápido. Nos bastidores da tragédia, uma grande lição: a estabilidade no emprego não fez com que funcionários do Tesouro Nacional, do Banco Central, do Banco do Brasil (BB) e da Caixa denunciassem a manobra feita nas contas públicas com objetivos político-eleitorais. Antes que se afirme que empregados do BB e da Caixa não tenham à estabilidade, pense duas vezes. De fato, a lei não lhes assegura estabilidade, mas é o que eles têm de fato. Alguém já testemunhou a dispensa de

algum funcionário do BB, da Caixa, do BNDES, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia por incompetência?

A cultura patrimonialista da Ilha de Vera Cruz é tão arraigada que servidores públicos agem como se fossem donos do Estado. Isso precisa mudar, do contrário, o nobre projeto de nação inscrito na Constituição de 1988 jamais será implementado.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania

DOWNLOAD NA APP STORE | SLO TOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

BOBS HIDEOUT

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Irritado com protagonismo de Maia, Guedes veta conversas com sua equipe

Governo e indústria discutem reformulação das ZPEs em MP

Texto acordado retira travas existentes para vendas ao mercado interno e impõe outras para evitar “concorrência desleal”

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

09/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





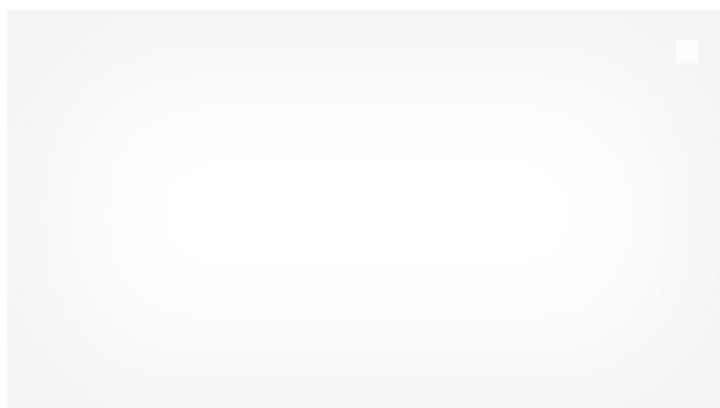
Deputado Júlio César: parecer está bastante negociado e é “quase consenso” — Foto: Divulgação

Integrantes do governo, representantes da indústria nacional e defensores da ampliação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) aproveitaram uma medida provisória (MP) editada para viabilizar o abastecimento de oxigênio durante a pandemia para reformular a lei que rege o funcionamento dessas áreas. O texto acordado retira travas existentes para vendas ao mercado interno e impõe outras para evitar “concorrência desleal”.

ZPEs são áreas de livre-comércio com o exterior, com tratamento tributário, cambial e administrativo diferenciado. As empresas instaladas nelas adquirem bens e serviços do mercado interno sem pagarem tributos e são dispensadas de várias licenças para funcionamento, mas, em contrapartida, precisam destinar 80% de sua produção para o exterior ou são punidas. Os benefícios são válidos por 20 anos da data de instalação.

Apesar de previstas em lei há 30 anos, as ZPEs não vingaram. Já existiram 26 áreas habilitadas para operar, mas atualmente são apenas 14 - as outras foram descredenciadas porque não fizeram os investimentos no prazo. Hoje, a única a funcionar fica em São Gonçalo do Amarante (CE), formada em torno da Companhia Siderúrgica do Pecém.

PUBLICIDADE



Foi justamente por causa dessa ZPE que o governo Bolsonaro editou uma MP para acabar com a cota de exportação durante o ano de 2020. Na região opera uma empresa que produz oxigênio de uso medicinal, que foi revertido para o mercado interno por causa da covid-19. O relator da MP, o deputado Júlio César (PSD-PI), aproveitou o texto para acelerar a reformulação da lei das ZPEs, que está em discussão no Congresso desde 2012.

O parecer permite que empresas de serviços “exportáveis” sejam beneficiadas pelo modelo (hoje só indústrias são autorizadas) e amplia a suspensão de tributos de importação para itens não primários, como insumos para a agroindústria e peças. Entes privados poderão propor ao governo a criação da ZPE e a área não precisará mais ser contínua.

O texto também acaba com a cota de exportação de 80%, permitindo que toda a produção seja destinada para o mercado interno. Mas as empresas nas ZPEs terão que pagar o Imposto de Importação, o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e também uma multa de 0,03% ao dia pelas vendas para o Brasil, para evitar “concorrência desfavorável”. As exportações continuarão isentas.

O presidente da Associação Brasileira das Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Helson Braga, afirmou que era a favor de ampliar a cota do mercado interno de 20% para 40% e que tem “sólidos argumentos” contra a multa, mas que aceitou o novo formato pelo acordo. “Cedemos os anéis para não perdermos os dedos. Mas há uma emenda que amplia a base de tributos sobre a qual será aplicada a multa e com isso não concordamos”, disse. A entidade defende que seja aprovado, na íntegra, o parecer do relator.

A equipe econômica do governo tem apoiado a discussão e emitiu parecer interno a favor das principais mudanças. Em nota, o Ministério da Economia disse que se posicionou a favor de uma das emendas acolhidas pelo relator, mas não analisou o parecer completo. O ministro Paulo Guedes não participou das negociações, mas já

defendeu em entrevistas que o modelo das ZPEs foi essencial para o crescimento da China e que pretendia estimulá-lo no país.

Para Helson Braga, a única forma de criar esse estímulo é uma mudança consistente na lei. “Ou continuaremos a brincar de ZPE por mais 30 anos sem que nenhuma saia do papel”, disse.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou em nota que a MP é essencial por causa da covid-19 e que, numa “análise preliminar do parecer”, converge com as mudanças do texto. “Destacamos, entretanto, que a confederação ainda não completou a análise técnica de todos os efeitos da nova proposta.”

Para o deputado Júlio César, o parecer está bastante negociado e é “quase consenso”. “Tem Estado que é contra a ampliação das ZPEs, como São Paulo, mas diminuimos muito as resistências”, disse ele. A expectativa é de aprová-lo na próxima semana no plenário da Câmara. O texto precisa do aval do Congresso até o dia 24.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300

SANTANDER

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania

DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS



Por Nilson Teixeira

É sócio-fundador da gestora Macro Capital. Foi economista-ch... [ver mais](#)

Mais custos para a próxima geração

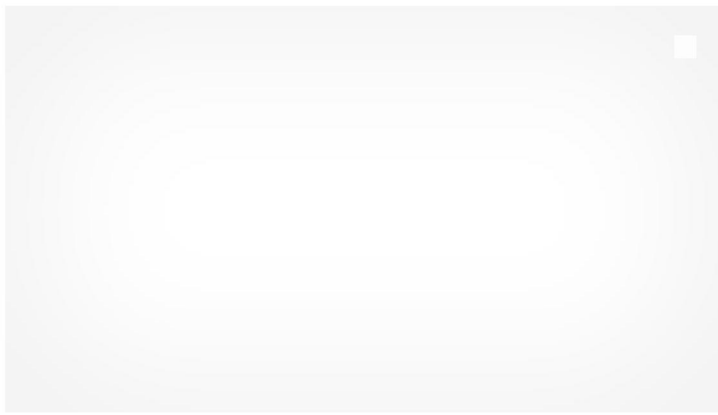
A não incorporação de vários grupos à reforma administrativa reduz sua efetividade fiscal para os próximos anos

09/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A comparação internacional sugere que a composição dos gastos públicos do Brasil, incluindo os sistemas previdenciários, são ineficientes e altamente custosos, sendo que a maioria desses gastos não beneficia a camada mais carente da população e nem reduz a desigualdade de renda.

Uma das razões do ineficiente direcionamento dos recursos está associada aos gastos com o funcionalismo público. As despesas com pessoal do governo federal totalizaram R\$ 315 bilhões em 2019 - R\$ 110 bilhões com pessoal civil ativo do Executivo, representando 22% dos gastos totais da União. Em meados de 2019, o rendimento médio por servidor da administração federal era superior a R\$ 11,8 mil, sendo que 43% dos servidores ativos tinham salários acima de R\$ 10,5 mil por mês e 33% encontravam-se no topo da carreira. Os salários são ainda maiores no Judiciário e no Legislativo, alcançando, na média, cerca de R\$ 30 mil por mês.

A não incorporação de vários grupos à reforma administrativa reduz sua efetividade fiscal para os próximos anos



Ads by Teads

O encaminhamento para o Congresso da PEC relativa à 1ª fase dos ajustes da Reforma Administrativa, propondo um novo regime de vínculos e a modernização da administração pública federal, foi um avanço para adequar a composição e a magnitude dos gastos com pessoal à capacidade financeira do país e aos parâmetros internacionais. As duas fases seguintes, ainda não divulgadas, tratarão dos projetos de lei com regras sobre desempenho, consolidação de carreiras e remunerações, governança remuneratória, ajustes no estatuto do servidor, entre outras.

A Reforma Administrativa é bem-vinda, pois se refere ao 2º maior gasto do governo federal e, principalmente, da maior despesa dos entes regionais. A reforma é crucial para: garantia da sustentabilidade da dívida pública; aumento da eficiência na gestão de pessoal; atualização das regras de evolução do trabalho no setor público; e redução da disparidade de direitos e de salários entre trabalhadores dos setores público e privado.

A proposta reduz as pressões sobre as contas públicas no longo prazo, em particular de Estados e municípios, ao prever a eliminação de diversos privilégios já extintos no governo federal, como altas salariais periódicas garantidas e incorporações ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções.

Uma crítica inicial, que também se aplica à Reforma Tributária, refere-se à falta de informações mais detalhadas sobre as próximas fases da reforma, o que torna mais difícil compreender e negociar com os principais interessados no tema, bem como explicá-la à sociedade. A divulgação incompleta eleva a desconfiança sobre as intenções e a amplitude da reforma e, portanto, acirra a oposição às medidas por parte de servidores públicos e políticos.

O presidente mostrou sensibilidade ao argumentar recentemente que não aprovaria a eliminação de programas que assistem os pobres para poder financiar o atendimento aos “paupérrimos”. Faz todo o sentido. Essa visão, porém, é inconsistente com a decisão de que a Reforma Administrativa não incorporará os atuais servidores públicos, bem como as carreiras de militares, parlamentares e algumas outras carreiras. A evolução dos gastos com pessoal do governo federal, que alcança 600 mil servidores na ativa e 720 mil inativos e pensionistas, sugere que a não incorporação desse grupo à Reforma Administrativa reduz bastante sua efetividade fiscal para os próximos anos.

O controle no curto prazo da participação dos gastos com pessoal nas despesas federais exigiria o ajuste imediato dos privilégios de muitas carreiras do funcionalismo. Caso a Reforma Administrativa se aplicasse também ao atual corpo funcional, haveria um ajuste mais rápido dos gastos com pessoal, com uma maior confiança sobre o cumprimento da Regra do Teto dos Gastos da União e a sustentabilidade da dívida pública. A diminuição e o congelamento por vários anos dos salários dos atuais servidores federais em contrapartida à redução da jornada de trabalho, presente na PEC Emergencial (PEC 187/20) para 2020 e 2021, é outra medida necessária para acelerar o ajuste.

A eliminação dos recessos, férias superiores a 30 dias e licenças-prêmio para todas as carreiras do serviço público e o fim definitivo da possibilidade sob qualquer pretexto de os funcionários públicos receberem rendimentos anuais superiores ao total anual recebido por ministros do STF seriam justificáveis sob parâmetros de equidade social e profissional.

Apesar de ser pouco palpável, minha esperança é de que os congressistas percebam a injustiça embutida na Reforma Administrativa e ampliem as medidas propostas, eliminando, ou ao menos congelando, uma série de benesses recebidas pelos servidores na ativa e que são incompatíveis com o ambiente em que, além da garantia de emprego e de aposentadoria integral, um percentual expressivo de carreiras do serviço público federal tem salários superiores ao dos empregados do setor privado.

Apesar do apoio de vários participantes da vida política, a incorporação das medidas citadas aqui, em particular a extensão das regras para o atual corpo funcional, dificilmente ocorrerá sem uma maior conscientização dos líderes dos Três Poderes sobre o caráter injusto dos atuais privilégios e sobre a impossibilidade de concessão de novos privilégios - como é o caso da permissão para que servidores do Judiciário possam vender 20 dos 60 dias de férias e a criação do Tribunal Regional Federal em Minas Gerais, ainda mais em um momento de aumento recorde da taxa de desemprego e de profunda restrição fiscal.

O governo e os parlamentares precisam buscar ajustes que garantam a melhoria das condições fiscais de forma mais acelerada. A menos que a opção da sociedade seja a de aumentar a carga tributária, será necessário reduzir privilégios de parte do atual funcionalismo. Qualquer atuação diferente seria uma tentativa de transferir custos fiscais para a próxima geração e para a parte da população que o presidente chamou de "paupérrima". Não é justo que os mais pobres e os mais jovens paguem pelas imensas regalias do atual funcionalismo.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, Ph.D. em Economia pela Universidade da Pensilvânia, escreve quinzenalmente neste espaço

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

MP de incentivo fiscal tem alta chance de aprovação

Proposta prorroga prazo para apresentação de novos projetos para desenvolvimento regional

Por **Cristian Klein** — Do Rio

09/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados pautou para esta semana a votação de um projeto com relevância econômica que tem alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Trata-se da MP 987, que prorroga de 30 de junho para 31 de agosto de 2020 o prazo para apresentação de novos projetos para recebimento de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Emendas apresentadas no plenário da Câmara, ainda pendentes de votação, propõem a ampliação do prazo para apresentação dos projetos de 31 de agosto para 31 de outubro; e asseguram os benefícios fiscais da indústria automotiva para a região Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2025, o que garantiria simetria com os empreendimentos das regiões Norte e Nordeste.

O Senado não tem divulgado sua pauta de votações com antecedência. Por causa da pandemia, as duas Casas estão com uma agenda reduzida, sem o funcionamento das comissões, e apresentam apenas essa medida provisória pautada em plenário. A probabilidade de aprovação dos projetos é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

Tributação de dividendos na reforma

Há uma tendência internacional de redução da carga tributária aplicável às empresas, com o alargamento da base de cálculo

Por Simone Dias Musa

09/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Nas quatro fases da reforma tributária anunciada pelo governo está a reforma do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e das Pessoas Físicas (IRPF), incluindo a tributação dos dividendos pagos aos sócios.

A volta da tributação dos dividendos causa justo receio, mas antes de criticá-la deve-se analisar a dicotomia (i) tributação dos lucros aplicável à empresa, pelo IRPJ, incluindo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e (ii) tributação aplicável aos sócios pelo Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e pelo IRPF.

Há uma tendência internacional de redução da carga tributária aplicável às empresas, com o alargamento da base de cálculo

O Brasil tributa atualmente a renda das empresas a uma alíquota total de aproximadamente 34% e, desde 1996, isenta os dividendos distribuídos. A alíquota total de 34% é razoável, inclusive porque o lucro real permite diversas dedutibilidades, a exemplo do ágio pago em aquisições e juros sobre o capital próprio. Com o sistema atual, o Brasil atraiu por muitos anos investimento direto, sem que houvesse grandes críticas à tributação da renda no país.

A reforma idealizada pelo governo busca maior progressividade na tributação da renda, mas não o aumento da arrecadação total relacionada à renda empresarial.

Para atingir esse objetivo, discute-se a alteração no modelo atual de tributação do lucro concentrado na pessoa jurídica, para um modelo de tributação clássico, em que a carga tributária recai em parte na pessoa jurídica e em parte na pessoa física ou no beneficiário não residente, quando da distribuição dos lucros. Esse modelo de tributação seria ainda acompanhado de maior progressividade das alíquotas aplicáveis às pessoas físicas.

Sem dúvida, o modelo atual, de tributação concentrado na pessoa jurídica, é um modelo mais simples para evitar a dupla tributação econômica da renda e mais fácil de fiscalizar.

Em princípio, nem Fisco nem contribuinte teriam interesse em uma mudança. Entretanto, o modelo em que parte da tributação recai sobre o beneficiário do lucro empresarial proporciona maior progressividade na tributação da renda, objetivo central dessa etapa da reforma tributária.

Além disso, uma redução da tributação aplicável às pessoas jurídicas pode nos servir bem no cenário atual. Há uma tendência internacional já avançada de redução da carga tributária aplicável às empresas, com o alargamento da base de cálculo. Isso está bem claro nos relatórios de 2018 e 2019 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre reformas tributárias. Em contrapartida às reformas que resultaram na redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, muitos países adotaram a tributação na fonte na distribuição dos dividendos, embora isso não seja uma regra aplicável a todos.

Na Europa encontramos vários países que recentemente reduziram a alíquota aplicável à pessoa jurídica. A Inglaterra passou a adotar uma alíquota de 19%, e outros países europeus já operam em patamares de 20% a 25%. Nas Américas, onde estão grandes parceiros comerciais do Brasil, a tendência de redução da alíquota do imposto de renda das empresas vem sendo adotada rapidamente.

A principal reforma dos últimos anos ocorreu nos Estados Unidos que, a partir de 2018, passou a adotar uma alíquota de 21%. Essa reforma passou a ser vista com bastante cuidado na América Latina, e a Argentina recentemente anunciou a redução da alíquota do imposto de renda da pessoa jurídica para 30% e 25% a partir de 2021, com tributação na fonte dos dividendos pagos. O Chile, de forma parecida, estabeleceu uma alíquota de 27%, com uma sistemática de tributação na distribuição. Onerar lucros não distribuídos em um momento de recuperação empresarial no pós-covid 19 pode ser prejudicial à competitividade do país

Sem dúvida, existem dificuldades para a migração do modelo de tributação concentrado nas pessoas jurídicas para o modelo clássico. Uma delas é a calibragem das alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas e físicas, que traduza equidade entre os contribuintes e, principalmente, que não represente aumento da atual carga tributária total. Outra observação é que a maior parte dos Tratados para Evitar a Dupla Tributação celebrados pelo Brasil limitam o IRRF ao percentual máximo de 15%. Alguns tratados preveem alíquotas máximas ainda menores, de até 10%, sob certas condições. Assim, na calibragem de alíquotas, dificilmente fará sentido uma alíquota de IRRF superior a 15%. Ademais, será necessário um olhar atento às normas para conter abusos. Os tratados mais recentes celebrados pelo Brasil já possuem cláusulas antiabusivas recomendadas pela OCDE, mas as regras sobre Distribuição Disfarçada de Lucros e outras deverão ser aprimoradas.

Em conclusão, com o devido cuidado, é possível mudarmos para o modelo clássico de tributação da renda, com parte da tributação alocada à distribuição dos dividendos.

Embora o retorno a esse modelo de tributação possa parecer retrógrado, ele está atualmente mais alinhado com o modelo de tributação sobre a renda vigente internacionalmente. Além disso, o modelo viabiliza a maior progressividade da tributação sobre a renda pretendida pelo governo brasileiro em sua proposta de reformas. Mas para ser viável e positivo ao ambiente de negócios no Brasil, é necessário que a proposta de tributação de dividendos seja aprovada em conjunto com a redução substancial da alíquota aplicável às pessoas jurídicas.

Simone Dias Musa é advogada, sócia de Trench Rossi Watanabe Advogados e LL.M. University of Pennsylvania.

União não tem como constituir um novo fundo para os Estados, afirma Canado

Governo federal não tem condições de colocar recursos novos em novo fundo para os Estados, segundo assessora especial do Ministério da Economia

Por **Marta Watanabe e Mariana Ribeiro** — De São Paulo e de Brasília

09/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Vanessa Canado: governo federal não tem condições de colocar recursos novos em novo fundo para os Estados — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Uma das discussões hoje na reforma tributária é quanto a União vai colocar em dinheiro para os Estados aderirem a um novo tributo sobre consumo em âmbito nacional. É preciso “ressignificar” essa demanda dos Estados, porque a União não tem condições de colocar recursos novos em um novo fundo e já divide com os governos regionais boa parte da arrecadação disponível sobre consumo e renda.

Essa é a avaliação de Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia, sobre o pleito dos Estados para a criação de fundos de desenvolvimento e de compensação durante a transição do atual sistema tributário para um em que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substitua os atuais IPI, PIS e Cofins e os reúna ao ICMS estadual e ao ISS municipal. Os Estados querem total de R\$ 485 bilhões em recursos num período de dez anos.

Hoje, diz ela, já existem seis fundos de desenvolvimento regional, três deles com alocação orçamentária não executada desde 2017. Em outros três, há mais projetos executivos, diz ela, mas ainda assim há recursos empoçados e “é nula ou baixíssima a efetividade na geração de renda, emprego e desenvolvimento”. Esses fundos recebem de R\$ 13 bilhões a 14 bilhões anuais em recursos de IPI e Imposto de Renda (IR), segundo Canado.



A parcela da União a ser compartilhada num Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - modelo seguido pelo IBS -, explica ela, seria de IPI, PIS e Cofins. Mais da metade do IPI arrecadado hoje já vai para fundos regionais ou fundos de participação a Estados e municípios, diz a assessora.

A parte no IVA da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) - que pela proposta do governo federal substituirá os atuais PIS e Cofins -, ressalta, vai toda

para financiar a Previdência. Para compartilhar a parcela da União no IBS, portanto, diz ela, seria preciso cobrar tributo sobre outra base.

Na base renda, exemplifica, grande parte do IR também já é compartilhada. “Hoje 59% do IPI é compartilhado com governos regionais e outros 49% do IR, além de todos o IR fonte que Estados e municípios arrecadam e que já vão para esses entes. Então não é só aumentar. É um aumento cuja arrecadação líquida pudesse repor à União o valor desses fundos.”

A União, reforça, não tem condições financeiras para constituir um novo fundo. “É preciso entender como se fará esse acordo para considerar o recursos que já são aportados e tornar essas destinações mais efetivas.”

Canado voltou a defender ontem que a alíquota de 12% proposta pelo governo para a CBS não eleva a carga tributária.

A alíquota, diz, foi calculada de forma a manter a atual arrecadação do PIS/Cofins, levando em conta o cálculo por fora, a possibilidade de créditos pelos contribuintes e os regimes especiais mantidos, como Zona Franca de Manaus, Simples, cesta básica, crédito presumido do agronegócio.

Ela ressaltou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem como premissa básica a manutenção da carga tributária. Todos os estudos para uma nova tributação, diz, são para substituir outra em termos de carga e não para elevá-la.

Como define uma alíquota uniforme de 12%, a proposta da CBS, avalia, deve gerar um rearranjo dos preços finais de bens e serviços. “Hoje a carga é desigual e a ideia é deixar a carga federal sobre consumo neutra e igualitária.”

Questões como a isenção sobre os livros, diz ela, têm que acontecer na sociedade. Segundo ela, esse é um debate sobre “preferências sociais” e o governo o tornou mais transparente.

“O que o governo fez foi tratar as empresas como meros agentes arrecadadores e não influenciar nas decisões finais de consumo. Agora, a sociedade é que vai ter que decidir se quer pagar menos de 12% nos livros, na telecomunicação, na saúde, na

Unipar entra em energia com projeto na Bahia

Parque eólico com capacidade instalada de 155 megawatts (MW) será construído por joint venture com a AES Tietê na Bahia

Por **Stella Fontes** — De São Paulo

09/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Maurício Russomanno, presidente: “Melhoramos nossos custos e tornamos a empresa mais sustentável ao ampliar a participação de fontes renováveis na matriz” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Uma das grandes consumidoras brasileiras de energia elétrica, a Unipar vai se tornar autoprodutora a partir da instalação de um parque eólico de R\$ 620 milhões na

Bahia, em parceria com a AES Tietê. Maior fabricante de cloro e soda cáustica da América do Sul e vice-líder no mercado regional de PVC, a companhia está adotando uma série de medidas para reduzir a distância de competitividade entre seus produtos e os de origem americana, que são os grandes concorrentes no mercado global, e o investimento em energia é um dos pilares dessa estratégia.

“Melhoramos nossos custos e tornamos a empresa mais sustentável ao ampliar a participação de fontes renováveis na matriz de energia”, diz o presidente da Unipar, Mauricio Russomanno. Hoje, a energia elétrica representa metade dos custos variáveis da produção de cloro e soda no Brasil. Nos Estados Unidos, esse custo é de duas a três vezes mais baixo.

O parque eólico com capacidade instalada de 155 megawatts (MW) médios - o suficiente para garantir o fornecimento de cloro para abastecimento de água tratada a 40 milhões de pessoas - já começou a ser construído nos municípios baianos de Tucano, Biritinga e Araci e deve entrar em operação no segundo semestre de 2022. A Unipar assegurou, por meio de contrato de 20 anos assinado com a joint venture constituída com a AES, a compra de 60 MW médios. A energia remanescente será comercializada no mercado livre.

Conforme o Russomanno, a companhia já era cliente da AES no mercado livre e, ao detectar oportunidades de ganho operacional e socioambiental com a expansão das fontes renováveis em sua matriz energética, em particular a eólica, chegou à joint venture com a AES Tietê. Esse foi o primeiro passo efetivo Unipar para integração das operações ao elo anterior da cadeia produtiva, garantido ganho “relevante” em termos de custo.

Os R\$ 620 milhões que serão investidos no complexo eólico serão divididos igualmente entre as sócias e a Unipar está em tratativas avançadas para financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste. De acordo com Russomanno, se o projeto for exitoso, a companhia tende a buscar novas parcerias dessa natureza no futuro. “Estamos sempre avaliando novos projetos”, diz. A queda dos preços da energia eólica tem atraído os grandes consumidores industriais de energia no país e levado a um número crescente de anúncios similares ao de Unipar e AES Tietê.

Para a indústria petroquímica, o gás natural também tem impacto relevante nos custos. A recente aprovação pela Câmara do projeto de lei 6.407/2013, que institui o novo marco regulatório do gás, tende a reduzir os preços domésticos do insumo e foi comemorada pelo setor, que participou das negociações. “Com todas essas melhorias, a indústria de cloro e soda pode voltar a olhar certos investimentos”, diz.

Hoje, a ociosidade do setor no Brasil está em torno de 40%, refletindo a falta de competitividade do produto nacional em relação ao produzido em outras regiões, em particular nos Estados Unidos. Na Unipar, nos seis primeiros meses deste ano, a taxa média de utilização da capacidade de cloro e soda cáustica ficou em 76,4%, melhor do que a indústria no geral, embora a pandemia de covid-19 tenha afetado os resultados do segundo trimestre.

Segundo Russomanno, alguns segmentos, como o de hipoclorito de sódio, chegaram a registrar vendas superiores na esteira da demanda mais forte por produtos de limpeza. Mas em outros, como o de resina de PVC, as vendas despencaram entre abril e maio com a paralisação das atividades da construção civil, levando ao acúmulo de estoques.

No auge da pandemia, conta o executivo, os preços do PVC caíram entre 30% e 40%. Agora, os produtores buscam recuperar a margem perdida e o momento é de demanda global mais forte que a oferta. “Mas isso é pontual. Haverá reequilíbrio entre oferta e demanda no terceiro trimestre”, avalia.

No mercado brasileiro, o consumo de PVC já foi “forte” em julho e agosto, o que levou a indústria local - há somente dois produtores no Brasil de PVC, Unipar e Braskem - a buscar o realinhamento do preço doméstico à cotação internacional, que já se recuperou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO